

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS *CAMPUS* SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL**

**FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA, NATUREZA E
RECURSOS MINERAIS: O CASO DO CÓDIGO DAS MINAS (1934).**

Sorocaba - SP

2015

MARA BOLFARINI BENTO

**FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA, NATUREZA E
RECURSOS MINERAIS: O CASO DO CÓDIGO DAS MINAS (1934).**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de São Carlos
campus Sorocaba, em
cumprimento aos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Orientador: Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli

SOROCABA – SP

2015

MARA BOLFARINI BENTO

FORMAÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA, NATUREZA E RECURSOS MINERAIS: O CASO DO CÓDIGO DAS MINAS (1934).

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de São Carlos
campus Sorocaba, em
cumprimento aos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Data de aprovação 02/12/2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli (orientador)
UFSCar - PROSGAM

Prof. Dr. Antônio Carlos Diegues
UFSCar – Departamento de Economia

Prof. Dra. Luiza Carnicero de Castro
**Instituto Nacional de Ciência e
Tecnologia para o Estudo dos Estados Unidos**

Prof. Dr.

Prof. Dr.

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL.

Ficha Catalográfica

Bento, Mara Bolfarini

Formação do Estado Desenvolvimentista, natureza e recursos minerais: o caso do Código das Minas (1934).

Dissertação, Mestrado Profissional em Sustentabilidade na Gestão Ambiental: UFSCar, Campus Sorocaba

1. Natureza e Identidade Nacional
2. Identidade Nacional e Estado Desenvolvimentismo
3. Estado desenvolvimentista e recursos minerais
4. Código das Minas

I. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Eurides Bento e Ercília Bolfarini Bento, que sempre me impulsionaram na direção do aprofundamento dos estudos e a todos da minha família que sempre me auxiliaram.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e o conhecimento permitem estabelecer conexões e conclusões promissoras e enriquecedoras para a sociedade e o indivíduo. Dentre as dificuldades cotidianas encontradas pelo pesquisador podemos dizer que se tornam de vital importância as pessoas que, no dia-dia, tornam mais fácil o ofício auxiliando nas conquistas e avanços das mais diversas formas. Por isso, gostaria de agradecer aqueles que sempre estiveram ao meu lado tornando mais agradáveis as rotinas de estudos, as discussões e trocas, conselhos e apontamentos que possibilitaram meu crescimento e a finalização do presente trabalho.

Direciono meus agradecimentos, sem precedentes, aos meus pais, Eurides Bento e Ercília Bolfarini Bento que sempre me motivaram e apoiaram nos estudos, aos quais direciono todos os méritos colhidos, também às minhas irmãs e amigas, Iara, Renata e Camila que a todo o momento estiveram me auxiliando no andamento e construção deste trabalho com suas inteligências e percepções aguçadas, meu cunhado Rudolf pela amizade e apoio e meu esposo Ronaldo que sempre esteve ao meu lado, mesmo nas horas de maiores dificuldades, auxiliando com ideias e afazeres no decorrer destes dois anos.

Meus sinceros agradecimentos à banca de qualificação que contou com o professor Dr. Antônio Carlos Diegues e o professor Dr. Silvio Moral Marques que possibilitaram um olhar mais amplo e certo sobre pontos relevantes para serem acrescentados à pesquisa, pela atenção, dedicação e apoio disponibilizados, assim também como à disponibilidade e, gentilmente, o aceite do convite para participar da banca de defesa de minha monografia por parte do professor Antônio Carlos Diegues e professora Dra. Luiza Carnicero de Castro que me concederam a honra de suas presenças.

Agradeço imensamente ao meu professor orientador José Marcos Nayme Novelli que com muita paciência, competência e profissionalismo me direcionou através do conhecimento, apontamentos e opiniões valiosas que muito contribuíram para construção e a finalização da presente pesquisa.

Ademais, agradeço a todos os parentes, amigos e colegas de trabalho que proporcionaram com suas dicas, compreensão e uma prazerosa companhia,

momentos agradáveis que me auxiliaram a seguir em frente durante estes dois anos.

.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	6
Resumo.....	9
Abstract.....	9
1- Introdução.....	11
1.1 <i>Objetivos gerais da pesquisa</i>	12
1.2 <i>Tema e objetivos específicos</i>	14
1.3 <i>Descrição e organização dos capítulos</i>	16
2- O processo de fundação/formação: relação colonização e natureza.....	16
2.1 <i>O ideal de natureza e as etapas percorridas na construção da identidade nacional</i>	24
3 – As bases de fundamentação do ideal desenvolvimentista.....	36
3.1. <i>Acontecimentos internos e externos</i>	36
3.2. <i>Identidade nacional, natureza e desenvolvimentismo</i>	44
3.3. <i>Estado, natureza e desenvolvimentismo</i>	46
3.4. <i>Recursos minerais e nacional desenvolvimentismo</i>	54
4 - O Código das Minas.....	63
5 – Considerações Finais.....	77
Referências Bibliográficas.....	81

RESUMO:

A natureza e os recursos naturais têm papel fundamental e estiveram presentes no imaginário nacional de diferentes formas e em diferentes épocas. A presente dissertação buscou delimitar as diferentes fases desse imaginário e sua influência na construção da identidade nacional relacionando-o ao novo projeto de Estado nação que surge na década de 1930 com um discurso desenvolvimentista e que, ao mesmo tempo, dá os primeiros passos na direção da implantação de políticas ambientais. Através de uma pesquisa bibliográfica e documental buscou-se compreender como este projeto está relacionado a natureza e impulsionou iniciativas no sentido de propor legislações para o uso dos recursos naturais, como o Código das Minas que serviram como um braço de sustentação ao modelo de Estado desenvolvimentista e as reivindicações de ambientalistas. A natureza tornou-se, dentro das limitações racionais da época, pauta de debates nacionais tendo como consequências a promulgação dos primeiros códigos, reservas, o incentivo ao turismo e, ao mesmo tempo, o uso em escala cada vez maior dos recursos voltados para a indústria e crescimento nacional. Tal conjuntura tornou-se modelo hegemonicamente seguido pelo Estado brasileiro na década de 30 e norteou a forma de pensar o meio ambiente tendo seus reflexos até os dias atuais.

Palavras chave: Natureza – Identidade - Nacional desenvolvimentismo – Getúlio Vargas – Recursos Minerais.

ABSTRACT:

The environment and natural resources play a fundamental role and were present in the national imagination in different ways and at different times. This article sought to relate this imaginary the different stages of construction of national identity and, finally, the nation state that arises in the 30s with a developmental government project and seeking to integrate the demands and pressures from different sectors of society, including the nature and natural resources. Through a bibliographical and documentary research, this article aimed to conclude that from the processes mentioned walked up paths that promoted initiatives to the emergence of laws and regulations of the use of natural resources, such as the Mining Code that could be linked to needs the development project. The environment and more specifically mineral resources have become, within reasonable limitations of the time, agenda and a half / base essential for national development resulting in the enactment of the first reserves, tourism incentive and at the same time, scale use in increasing the

resources devoted to industry and national growth. This situation has become hegemonic model followed by the Brazilian State and guided the way of thinking the environment to the present day.

Key words: Environment - Identity - National developmentalism - Getúlio Vargas - Mineral Resources.

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre a necessidade do aumento da conscientização com relação ao meio ambiente e ao uso dos recursos naturais por parte da sociedade, do Estado, do meio científico, dentre outros. As discussões em ambientes acadêmicos, por parte de grupos ativistas e no meio social têm sido cada vez mais frequentes e profundas na tentativa de modificação do sistema vigente ou mesmo de alternativas na forma de utilização dos recursos naturais.

Variadas políticas têm sido implantadas pelo Estado na busca de maior conscientização visando um nível de consumo mais adequado, tornando mais sustentável a extração e o uso de recursos naturais, porém, para melhor entendermos alguns dos dilemas e avanços obtidos no percurso histórico e político do país torna-se essencial entender e analisar construções de paradigmas que foram formados no passado e que influenciam ainda hoje a forma como a sociedade e os governos se relacionam com a natureza e seus recursos.

Um momento chave para entendermos o início da implementação de políticas relacionadas ao meio ambiente e recursos naturais por parte do Estado brasileiro foi a década de 30 que dá continuidade a algumas tendências e formas de interpretar o meio natural já preestabelecidas durante o período colonial e monárquico e, ao mesmo tempo, acrescenta um novo olhar e possibilidade na direção do progresso. É a partir daí que a busca pela modernização e pelo desenvolvimento aos moldes de países industrializados passa a ser perseguido e dá início a diferentes propostas, porém como já dito, não sem incorporar as experiências passadas.

Assim, nacionalismo, Estado desenvolvimentista, natureza e os recursos minerais estão intrinsecamente relacionados. Os recursos naturais foram utilizados para motivar o nacionalismo e financiar as políticas desenvolvimentistas impulsionadas a partir de 1930. Vargas utilizou-se da grande importância que a natureza teve na formação da identidade nacional para promover a justificativa da possibilidade de o país caminhar em direção a modernização por dispor daquilo que todo país necessitava: a abundância em recursos naturais.

1.1 Objetivos gerais da pesquisa

A intenção inicial da presente pesquisa foi a de resgatar uma rápida discussão que permitiu estabelecer a relação entre Brasil, natureza e História de forma que possamos perceber como a natureza está presente na gênese da formação da sociedade, política e economia brasileira. Tal análise é importante para a compreensão da relação construída ao longo do tempo com o meio natural e a forma como são utilizados os recursos naturais durante os primeiros séculos de colonização, após o processo de Independência e República entendendo como os acontecimentos e o meio acabam influenciando nas mentalidades, nos caminhos percorridos e escolhas feitas nas diferentes etapas/épocas trilhadas pelos governos e pela sociedade brasileira. Essa construção permite na sequência atentarmos para o momento ao qual a dissertação buscou focar que são as mudanças ocorridas a partir da década de 30 e que foram prioridades durante todo o governo de Getúlio Vargas.

É a partir de 1930 que Getúlio Vargas assume o Estado no Brasil e promove, com influência de acontecimentos externos, um esforço na organização e incorporação de algumas pressões presentes na sociedade referentes à questão ambiental. “Cobrava-se do Estado que fosse o principal sujeito na manutenção de um vínculo orgânico e harmônico entre natureza e sociedade, que representasse e catalisasse a tomada de consciência sobre a nacionalidade.” (FRANCO, 2002:89).

Procurou-se evidenciar que a estratégia utilizada como forma de diminuir as pressões advindas de variados grupos que defendiam mudanças, inclusive de defensores da natureza foi a de centralizar e buscar construir assim, uma identidade que englobasse diferentes setores em um projeto na direção do crescimento e desenvolvimento, porém é importante ressaltar que a defesa e apoio a esse projeto não foi unânime e contemplou apenas algumas importantes pautas. Neste contexto foi colocado em prática o projeto rumo à instauração do nacional desenvolvimentismo.

Nem todas as economias periféricas desenvolveram ideologias de desenvolvimento econômico e intervenção estatal tão elaborada quanto o

nacional-desenvolvimentismo brasileiro, sob o impulso decisivo de Getúlio Vargas. Neste caso, não se tratava apenas de defender interesses nacionais contra reivindicações de corporações e credores estrangeiros, mas de orientar a intervenção estatal para estimular o desenvolvimento de novas atividades produtivas, sobretudo industriais, reduzindo a dependência tradicional do comércio exterior. (BASTOS, 2006:11)

Um estado mais centralizador surgiu representando em partes o grupo de defensores da natureza e um uso mais coerente dos recursos naturais. Aderindo a reivindicações desses grupos que defendiam mais racionalidade na extração de recursos naturais e aproveitando o fato de a natureza estar intimamente ligada ao imaginário do brasileiro, o amplo projeto nacional de desenvolvimento alicerçado a partir de 30 não excluiu a natureza de seu discurso, apenas inaugurou uma nova fase.

O discurso de exaltação da natureza esteve presente nas diferentes etapas da construção do imaginário nacional, da identidade, funcionando como um elemento aglutinador em uma sociedade diversa, com grande exclusão social e, apesar de algumas mudanças, não foi diferente com a nova forma de governo instaurado em 30.

O objetivo geral deste trabalho foi demonstrar como as mudanças promovidas pelo Estado, no período tratado, no que se refere às questões sobre a natureza e recursos naturais, foram propícias ao projeto de governo almejado, permitindo decidir sobre as restrições na forma do uso dos recursos, principalmente minerais, ao mesmo tempo em que mantêm o discurso, já presente no imaginário social desde os primórdios (como demonstrado no decorrer da pesquisa), de natureza prospera e de nação promissora.

Pretendendo-se como um modelo que colocaria fim a descentralização das riquezas minerais, organizando-a para impulsionar áreas estratégicas e promover a modernização do país, tornou-se eminente a necessidade de mapear e determinar os diferentes recursos e potencialidades presentes no território, eventuais áreas de proteção/preservação, como foi o caso do Parque de Itatiaia, para, a partir daí praticar uma política de integração, promoção e utilização dos recursos naturais, em especial os minerais. Pode-se inferir que,

uma consequência dessa necessidade foi a instauração do Código das Minas que o trabalho tem por objetivo central analisar relacionando com as políticas do Estado em favor da natureza e do projeto desenvolvimentista.

“Na década de 30, o governo elaborou a primeira série de leis relacionadas à proteção da natureza no Brasil. Entre essas se incluem o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código das Águas, o Código de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, todos entre maio de 1933 e outubro de 1934(FBCN, 1986; Pereira, 1950; Drummond, 1998-1999). (FRANCO e DRUMMOND, 2009:43)”.

1.2 Tema e Objetivos específicos da pesquisa

Apesar de tratar de um período bem extenso da História do Brasil, este trabalho se propôs investigar como o projeto nacionalista e desenvolvimentista, durante o governo Vargas na década de 1930 e 40, pode estar relacionado à natureza possibilitando compreender as transformações e permanências na forma de lidar com os recursos naturais (especificamente minerais) no Brasil que resultaram na proposição do Código das Minas.

De que forma o imaginário natural fortemente presente na construção identitária do país foi utilizado pelo governo para promover o nacional desenvolvimentismo e qual sua relação com o Código das Minas?

Este trabalho busca realçar a ideia de que existem duas formas de pensar a natureza no processo histórico do Brasil, uma delas está ligada a contemplação das belezas naturais que se apresentam abundantes e infindáveis como em um paraíso preenchendo o vazio na construção do imaginário social na impossibilidade da participação e identificação do povo. A segunda está voltada a uma visão utilitária, fundamentada em um ideal de desenvolvimento e apropriação dos recursos que estiveram presentes durante toda a história do país. Ambas foram aproveitadas pelo Estado desenvolvimentista e, somadas a este, demonstram-se prejudiciais ao meio natural e a sociedade.

Como a promulgação do Código das Minas em 1934, pode estar relacionada ao ideal de natureza edênica e infindável e vinculada ao projeto desenvolvimentista que se inaugura com Vargas? O Código das Minas, promulgado no período abordado, coroou o novo modelo pretendido de desenvolvimento liderado pelo Estado para disponibilizar os recursos minerais sob seu controle e supervisão e, dessa forma, poder por em prática seu projeto de industrialização e desenvolvimento, além de absorver demandas de grupos nacionalistas e preservacionistas, sempre influenciado pelo imaginário de fartura e dádiva.

Portanto, existe um eixo condutor que interliga a nova forma de governo proposta para a década de 1930 possibilitando que o imaginário da natureza herdado do início da colonização permanecesse presente na identidade (Chauí, 2010) e fosse utilizado como base de sustentação a essa nova etapa do nacionalismo desenvolvimentista. Ambos os ideais e práticas resultaram na formulação do Código das Minas que atendia as demandas necessárias por parte do Estado nacional.

O projeto nacional contemplado por Vargas soube inaugurar uma nova fase absorvendo, mesmo que inconscientemente, o imaginário natural já enraizado na identidade nacional, aliando sua força ao projeto de desenvolvimento almejado que impulsionaria o país em direção a modernidade e, para isso, o Código das Minas foi um marco no sentido de ordenar o uso dos recursos, como era reivindicado pelos preservacionistas e trazer tais recursos para o controle do Estado que ambicionava impulsionar uma nova etapa para o avanço da nação.

A natureza no Brasil sempre foi pensada e seus recursos apropriados de forma utilitária por governos que levaram em consideração interesses de grupos dominantes. A especificidade do período Vargas reside no fato de que a natureza passou a ser pensada, apropriada e inserida dentro de uma estratégia estatal de desenvolvimento aproveitando-se da forte presença no imaginário nacional das belezas naturais abundantes para colocar em prática um projeto mais amplo.

1.3 Descrição e organização dos capítulos

O texto foi dividido tendo início com uma rápida introdução, na qual foram abordadas as características gerais do trabalho, justificativas e sequência de argumentos propostos. O primeiro capítulo elabora uma reflexão sobre as bases históricas de formação do Brasil e sua relação com a natureza, que possibilitará seguir pelo caminho que permitiu a análise das etapas percorridas na construção da identidade nacional no país, sempre estabelecendo um vínculo com o meio natural. Na sequência, discute-se como o ideal de natureza esteve presente no projeto do governo de Vargas a partir de 1930 e, logo após, sua relação com o desenvolvimentismo, além da influência do contexto externo nas iniciativas tomadas pelo governo. Os últimos capítulos buscaram relacionar o desenvolvimentismo e o Código das Minas, sendo realizado, por fim, o estudo do caso do “Código das Minas”. Finalmente, conclui-se que existe uma notável relação entre o ideal de natureza presente no imaginário nacional e incorporado ao desenvolvimentismo implantado no governo de Getúlio, que, tiveram como consequência a promulgação do Código das Minas em 1934.

2. O processo de fundação/formação: relação colonização e natureza.

Todo o percurso histórico do Brasil esteve intimamente marcado pela presença do meio natural que incorporou a natureza como discurso que justificou sua fundação e grandeza e deu a base necessária para seu progresso, sendo assim um diferencial referencial presente nas mais diferentes épocas vivenciadas pelo país.

Uma variedade de textos descritivos e trabalhos sobre o período das descobertas deixam evidente a euforia e fascínio dos europeus sobre as terras recém-descobertas, sua exuberância e riquezas. Tais impressões superam o momento do descobrimento e adentram o período da colonização evidenciando um misto de impressões que mesclam a visão de fartura e exuberância da terra com o paraíso ou Éden:

Esta província é à vista mui deliciosa e fresca em grão maneira: toda está vestida de bastante alto e espesso arvoredado, regada com as águas de muitas e

mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra: onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da Primavera que cá nos oferece Abril e Maio. E isto causa não haver lá frios nem ruínas de Inverno que ofendam as suas plantas, como cá ofendem as nossas. Enfim, que assim se houve a natureza com todas as coisas desta província, e de tal maneira se comediou na temperança dos ares que nunca nelas se sente frio nem quentura excessiva. (SEIXAS, 2001:13)

Como afirma Carvalho, “a ênfase nas riquezas naturais como marca da identidade da nova terra esteve presente desde a chegada dos conquistadores portugueses. Desde a viagem de Cabral, os cronistas não pararam de exaltar a riqueza e a beleza da terra.” (CARVALHO, 2006:14)

A importância da questão natural como primeiro impacto concomitante ao processo do reconhecimento dessas terras acaba por ressaltar uma forma de pensamento cotidiano que estabelece íntima relação com o meio natural baseadas na ideia de natureza como dádiva. Para Chauí “as viagens de descoberta e de conquista - alargando o visível e atando-o a um invisível originário, o Jardim do Éden - produzem o Novo Mundo como semióforo.” (CHAUÍ, 2000:36)

Segundo Souza (2005), Chauí em seu artigo, “O mito fundador”, ao conceber a palavra mito, utiliza para demonstrar que foi “como instrumento de preenchimento do imaginário popular na resolução de tensões, conflitos e contradições, difíceis de serem solucionadas no nível da realidade”, podemos apontar várias tensões presentes na sociedade brasileira, entre elas, o impedimento da participação popular que dificulta o reconhecimento do povo como personagem ativo na construção da identidade, e já o termo “fundador” simboliza “uma tendência à repetição do imaginário, capaz de bloquear a percepção da realidade e de impedir sua transformação.” (SOUZA, 2005:170)

Certo é que, na impossibilidade de identificar-se o refúgio escolhido como mais próximo da realidade, presente no cotidiano da população pertencente ao território brasileiro é a natureza. Esta se faz presente até no nome que acabou se instituindo nas terras da colônia portuguesa que, segundo literatura, pode ser relacionada ao recurso natural que é a madeira ou a um paraíso perdido de

que se tinha notícia na época dos descobrimentos, porém ambos ainda são pautas de discussão acadêmica.

“A abundância de recursos florestais no Brasil tinha grande importância para os portugueses, em uma fase de expansão da navegação e intensa atividade de construção naval a demandar grandes quantidades de madeira. Dessa forma, as florestas brasileiras revestiam-se de importância estratégica, face à escassez desses recursos em Portugal.” (BORGES, REZENDE e NOGUEIRA, 2009:452)

A necessidade e demanda pela madeira do pau-brasil pode ter sido um dos motivos que nos legou o nome destas terras e, segundo José Murilo de Carvalho (2006), é muito mais provável que o nome dado ao país tenha advindo da utilização frequente do vocábulo para se referir as terras descobertas e a madeira do pau-brasil, produto abundantemente extraído nos primeiros anos pelos portugueses.

É possível atribuir também, uma diferente versão ao nome Brasil relacionando-o ao mito/lenda existente na época anterior à colonização na qual haveria uma terra na direção oeste do continente europeu de fartura, riquezas, exuberância enfim, qualidades paradisíacas conhecidas como Hy Brasil lenda surgida a partir da Irlanda e que vai se disseminar pela Europa renascentista:

Hy Brasil pode estar associada com a História da expansão marítima europeia. Teria sido essa terra mágica a Ilha da Madeira, as Ilhas Canárias ou arquipélago dos Açores?... Essa ilha pode ser também um vestígio, ou pelo menos uma forte suspeita do conhecimento de terras do outro lado do Atlântico. (CANTARINO, 2004:306)

Pesquisadores ainda buscam esclarecer a origem mais provável do nome Brasil e, segundo Carvalho “a disputa sobre como grafar o nome Brasil estendeu-se até o século XX. E até hoje se discute a origem do nome. Difícil imaginar outro país com tão grande dificuldade de decidir até mesmo seu próprio nome.” (CARVALHO, 2006:2)

O que ao leitor interessa extrair desse contexto é a forma como a natureza e os recursos naturais direcionam e estão presentes em aspectos

importantes da construção do coletivo que vivencia e aos poucos seleciona tais escolhas.

Uma versão que aproxima às duas tendências para o nome Brasil pode ser a de José Barroso (2006), assim como Cantarino (2004), que defende a possibilidade:

O Brasil do pau cor de brasa ou, melhor, Versino, Berzino e Berzi, confundiu-se com o Brasil da Ilha Bem aventurada, da Terra Feliz do Ocidente, do Brasil celta. E, na nossa opinião, prevaleceu pela força espiritual jacente no elemento lendário. (BARROSO, 2006)

Assim, para Barroso, seria incorreta a defesa, como explicação primária, de procurar as respostas para o nome Brasil somente na madeira de tinturaria, essa perspectiva empobrece e prejudica a possibilidade de relação com a lenda irlandesa que era conhecida e corrente na Europa:

“...existência comprovada de vetusta lenda, projetada na cartografia medievá e do Renascimento, derivando o nome Bresail de Bress, boa sorte, felicidade, prosperidade, etimologia tão aceitável, de qualquer ponto de vista, senão mais, do que a outra, absolutamente materialista. Do ponto de vista poético, simbólico, mesmo histórico e, sobretudo tradicional, não deve haver hesitação possível.

Brasil pode vir tanto de brasa como de Brasail ou Bresail ou Bressail, Terra Afortunada. A simples semelhança do vocábulo irlandês dado à ilha lendária do oceano Atlântico, com o do pau-brasil, berzil ou berzino talvez tenha trazido a confusão de que resultou pensar fosse do nome da madeira que tivesse nascido o nome do país.” (BARROSO, 2006:123)

Tais discussões são de grande relevância para darmos um passo adiante buscando delimitar sua importância na construção do posterior Estado brasileiro. Até aqui, deve ser nítida a percepção de que a natureza é determinante no processo de constituição do fator social, político e econômico que foi se configurando no decorrer dos séculos da história do país.

A colonização empregada no território brasileiro norteou as ações e comportamentos durante pelo menos três séculos:

A presença da natureza exuberante, manifestada especialmente nos cerca de mais de 130 milhões de hectares de Mata Atlântica que cobriam o litoral, marcou profundamente a imaginação dos europeus, contribuindo para criar uma imagem de abundância que até hoje faz parte de nossa cultura. (PÁDUA, 2004:15)

Ainda segundo Pádua (2004:15), “os conquistadores logo perceberam que a exploração direta da natureza seria o principal eixo da busca por riquezas nessa parte da América”, e assim a extração do pau-brasil tem início como marco desse processo e é substituída posteriormente, com a colonização e plantio da cana de açúcar.

No que se refere à relação com a Natureza, as linhas gerais deste modelo de ocupação e exploração do território podem ser definidas através de três características essenciais que, infelizmente, ainda estão bastante presentes no modo de relacionamento da sociedade brasileira com o seu entorno ecológico: 1) O mito da natureza inesgotável, baseado na ideia de uma fronteira natural sempre aberta para o avanço da exploração econômica; 2) Um grau considerável de desprezo pela biodiversidade e os biomas nativos e 3) Uma aposta permanente nas espécies exóticas, especialmente em regime de monocultura, como fonte de enriquecimento econômico e instrumento eficaz de controle sobre o território. (PÁDUA, 2004:14)

É evidente que toda a noção de exuberância e fartura relativa ao meio natural esteve vinculada a um anseio no sentido da utilização de tal meio. As prerrogativas de Pádua (2004) permanecem sendo praticadas no período imperial e o imaginário da natureza inesgotável converte-se na primeira tentativa de esboçar a nação:

O Império brasileiro adotou, como mito de origem, o Eldorado consubstanciado no ouro das minas e no verde das matas. Todos os visitantes exaltaram a magnífica natureza brasileira e corroboraram a visão de um paraíso tropical. Foi fácil transmutar o verde e amarelo do tope dos Bragança no “auriverde pendão de nossa pátria”. Em tempo, a leitura da bandeira imperial, além da transmutação alquímica das cores, consagrou o brasão

bragantino com ramos de café e fumo em um ensaio de propaganda *avant la lettre* da economia em formação. (LESSA, 2008:244)

Voltando ainda a algumas questões do Brasil colônia, podemos retratar uma outra importante referência que muito contribuiu com a base ideológica construída a partir do descobrimento e está relacionada a religião e à Igreja.

O discurso religioso pretendeu justificar a colonização nas novas terras e influenciou sua forma de encarar os recursos naturais. Também utilizou a força da religião como uma importante forma de desorganização e resistência aos hábitos e culturas locais que, em boa parte, não entendiam a lógica de utilização de recursos à forma europeia. Os missionários cristãos percorrem espaços promovendo a catequização de índios e implantando a ideia de superioridade do homem sobre as demais coisas, inclusive sobre o meio natural:

O predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino. O homem era o fim de todas as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; “Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio”. “Todas as coisas”, concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas “principalmente para o benefício e prazer do homem”. “Se procuramos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo”, ponderava Francis Bacon, “de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito”. (THOMAS, 2010:23)

Importante observar, sem anacronismos que, até por tendências típicas à forma de pensar a época, o colonizador observa a natureza como algo externo a ele, como se ali estivesse para servir-lhe, assim, vê no meio natural, na maior parte das vezes, não um meio do qual faz parte e sim como se estivesse à parte e fosse capaz cada vez mais de estabelecer as regras.

A natureza brasileira é pensada como dádiva. Tal mentalidade foi capturada por Keith Thomas em seu livro “O homem e o meio natural” ao demonstrar a importância do discurso religioso como norte que delimita a ação e visão do homem que subordina o meio natural aos seus caprichos e modelos. O trecho abaixo apresenta um fragmento do livro do Genesis que, segundo Keith, é a base para a concepção do homem segundo o Antigo Testamento:

Temam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus todos os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento (*Gênesis*, IX, 2-3).

Nesta lei do Antigo Testamento o domínio do homem sobre a natureza se fundou. O advento de Cristo reforçou-a, sendo visto por alguns comentadores como uma confirmação dos direitos humanos sobre o mundo natural; embora também fosse possível argumentar que tais direitos se reservavam aos cristãos verdadeiramente regenerados. (THOMAS, 2010:22)

A fusão entre a ideia de natureza exuberante, farta e bela e a ideia de dádiva divina, fez com que a imagem construída do território alimentasse comparações com o paraíso bíblico. Mesmo tendo Thomas tratado em sua análise especificamente sobre a Inglaterra, pode-se inferir muito de suas reflexões relacionando-as a concepção cristã de mundo levada como norte por outras nações cristãs a América. A legitimação, portanto da forma de colonização de exploração fora afirmada pela própria mentalidade religiosa da época que ainda continuava a ter grande influencia.

“A tarefa do homem, nas palavras do Gênesis (I, 28), era “encher a terra e submetê-la: derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos. A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significa homens incultos.”(THOMAS, 2010:28)

As construções imaginárias concebidas no início da colonização, sejam elas religiosas ou não, e a necessidade de recursos naturais dos quais dependia toda a dinâmica na colônia, trazem à baila a importância do meio natural na configuração e no reconhecimento das terras brasileiras. Este acaba sendo visto como um elo norteador e de identificação que interliga uma população tão heterogênea em seus hábitos e crenças e até origens.

O contato com a natureza e com as riquezas presentes ou introduzidas na farta terra pode ter sido um elemento influente na formação da identidade comum no Brasil colonial e independente.

Não se pode negar que existem influencias da natureza na fundação e formação do imaginário destas terras desde o princípio da colonização. Neste

sentido, Chauí e Souza descrevem que “fundação não pode ser confundida com formação”.

“Enquanto a segunda se relaciona à história propriamente dita – processo histórico e ideologias nele contidas –, a primeira é pura imaginação, fantasia que consegue manter-se viva no curso do tempo. Ao contrário da formação, a fundação corre paralelamente ao processo histórico, mas não se encontra com ele, permanecendo perene no campo do imaginário, embora determinante das ações dos homens.” (SOUZA, 2005:171)

Pode-se relacionar a ideia proposta por Souza ao processo de construção da identidade nacional que parece estar vinculado mais fortemente a um contexto de fundação do que o de formação. O imaginário construído no período colonial, de paraíso ou Éden, vem de encontro a essa possibilidade. Esse processo pode explicar a atitude de abstração durante muito tempo aceita da formação de identidade coletiva e de ideias como a de “país do futuro”, como melhor explica Lessa (2008):

A ideia do Eldorado contém a permanente promessa de um futuro magnífico. Não estabelece nenhum caminho, mas afirma que um futuro “mágico” está contido potencialmente no presente. Posteriormente, a ideia de Brasil como país de futuro, com futuro, se converterá em uma das convicções do projeto nacional-desenvolvimentista. (LESSA, 2008:244)

É latente, partindo-se dessa ótica, a possibilidade de se traçar um paralelo entre as reflexões de Thomas (2010), Lessa (2008) e Marilena Chauí (2000) onde a influência de dogmas e interpretações religiosas na realidade de formação social tem grande relevância. No caso do processo histórico brasileiro acaba por nortear a visão que se estabelece sobre a natureza e colonização portuguesa.

Para Chauí (2000), se o Brasil foi apresentado como uma terra abençoada por Deus, um paraíso, então o país foi considerado como o mundo “originário e original”, fazendo assim, parte de um plano providencial divino:

Pero Vaz julgou que Nosso Senhor não os trouxera aqui “sem causa” e Afonso Celso escreveu que “há urna lógica imanente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão”, pois Deus “não nos outorgaria dádivas

tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. [...]. Se aquinhoou o Brasil de modo magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. Nosso passado assegura nosso futuro num *continuum* temporal que vai da origem ao porvir e se somos, como sempre dizemos, “Brasil, país do futuro”, é porque Deus nos ofereceu os signos para conhecermos nosso destino: o Cruzeiro do Sul, que nos protege e orienta, e a Natureza-Paraíso, mãe gentil. (CHAUÍ, 2000:77)

Dessa forma, é possível compreender, no caso do Brasil, como se deu a construção de uma mentalidade que ainda se faz presente, influenciando a concepção de identidade por parte dos brasileiros.

A concepção de exuberância e abundância, reconhecida dentro e fora do território brasileiro, contribuiu para enraizar a ideia de natureza edênica como o primeiro e principal apontamento da grandeza da nação que aqui estaria por surgir, referendadas por discursos religiosos que legitimavam tais posicionamentos e ainda davam ao homem o “direito” e justificativas necessárias para usufruir de tais bens.

Essa “visão do paraíso”, os *topos* do Oriente como jardim do Éden, essa *Insulla de Brazil* ou *Isola de Brazil*, são constitutivos da produção da imagem mítica fundadora do Brasil e é ela que reencontramos na obra de Rocha Pita, que afirma explicitamente ser aqui o Paraíso Terrestre descoberto, no livro do conde Afonso Celso, nas poesias nativistas românticas, na letra do Hino Nacional, na explicação escolar da bandeira brasileira e nas poesias cívicas escolares, como as de Olavo Bilac. Compreendemos agora o sentido mítico do auriverde pendão nacional. A bandeira brasileira é quadricolor e não exprime o político, não narra a história do país. É um símbolo da Natureza. É o Brasil jardim, o Brasil-paraíso. (CHAUÍ, 2000:38)

2.1. O ideal de natureza e as etapas percorridas na construção da identidade nacional.

Com o processo de independência, os esforços para delimitar características que promovessem o reconhecimento de uma unidade nacional encontraram na grandeza, abundância e natureza um perfeito homogeneizante

que permitiu unir um povo tão diverso em suas expectativas, interesses, culturas e etnias, sob a insígnia de um mesmo símbolo, assim a ideia de riqueza e grandeza natural perpassa o período colonial e engendra-se na gênese da formação do Estado independente brasileiro, permitindo um elo identificador, uma possibilidade de ligação entre todos aqueles que viviam nestas terras, mas não eram lembrados enquanto parte do processo, além de continuar sendo também o meio de onde provém praticamente toda a base de economia nacional.

“Essa percepção relaciona-se com a ideia, oriunda do romantismo, de que a nacionalidade é fruto da convergência entre história de um povo e o seu ambiente natural.” (FRANCO e DRUMMOND, 2009:59), porém o ideal romântico construído no período imperial esqueceu-se de representar o povo para exaltar uma ideia mítica de índio e natureza perfeita e estática.

Criado em 1838, o Instituto deveria instaurar, enfim, o semióforo “Brasil”, oferecendo ao país independente um passado glorioso e um futuro promissor, com o que legitimaria o poder do imperador. Como instituto *geográfico*, era sua atribuição o reconhecimento e a localização dos geográficos, vilas, cidades e portos, conhecendo e engrandecendo a natureza brasileira e definindo suas fronteiras. (CHAUÍ, 2000:50)

Foi durante o Primeiro Reinado que teve início preocupações no sentido da criação dos primeiros institutos, como referido acima, de História e Geografia evidenciando as primeiras tentativas de formulação de uma história nacional que legitimasse a autonomia destas terras após a independência e, como defende Chauí, “era tarefa sua prover a história com os elementos que garantiriam um destino glorioso à nação.” (CHAUÍ, 2000:50).

A reflexão feita por Chauí permite estabelecer uma correlação sobre a formação do Estado nacional onde para Hobsbawm (1990) é “a partir de 1830 que a noção de estado nação moderna começa a se firmar na sociedade, já que anteriormente a palavra nação indicava origem e descendência simplesmente, sem haver conceito de nação ligado a ideia de governo, Estado”. Assim, podemos inferir que “em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente recente” (HOBSBAWM, 1990:28)

e, no Brasil, se modificará em muito na medida em que as transformações acontecem na Europa.

“Na década de 1820, um estrangeiro, Ferdinand Denis, insistiu em que a literatura brasileira baseasse sua originalidade na descrição da natureza tropical e dos costumes exóticos dos indígenas. O romantismo literário, iniciado na década de 1830 sob influência francesa, fez exatamente isso. Exaltou a figura idealizada do indígena, que nada tinha a ver com os índios reais, e vangloriou-se da natureza”. (CARVALHO, 2006:16)

A introdução da percepção da natureza idealizada perpassa o espaço e tempo da colonização e vai ser transplantada para a primeira etapa da construção nacional, sob influência dos modelos e padrões literários da época e acontecimentos históricos vivenciados principalmente na Europa. A influência romântica e exaltação características do período influenciaram na construção do ideal nacionalista da época.

“Um poema até hoje recitado nas escolas primárias, a “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, é quase de uma repetição de Rocha Pita. Uma de suas estrofes diz: “Nosso céu tem mais estrelas/ Nossas várzeas têm mais flores/ Nossos bosques têm mais vida/ Nossas vidas mais amores”. Essa estrofe foi, por sua vez, transplantada para o hino nacional, cuja letra é de 1909: Do que a terra mais garrida/ Teus risonhos lindos campos tem mais flores/ Nossos bosques têm mais vida/ Nossa vida em seu seio mais amores”. (CARVALHO, 2006:16)

Chauí (2000), com base em estudos de Hobsbawm (1990), afirma que a partir da periodização feita pelo historiador em seu livro nações e nacionalismo, podemos inferir importantes divisões no que diz respeito ao termo nação. Pode-se dizer que a primeira periodização vinculou nação a território, já a segunda trouxe a baila o vínculo da língua, religião e a raça e a terceira e última citada fez surgir a consciência nacional que passa a ser “definida por um conjunto de lealdades políticas” (CHAUÍ, 2000:10)

As delimitações das épocas históricas em que tais processos acontecem definidos por Chauí (2000) tomando como fonte Hobsbawm (1990) são as seguintes: “de 1830 a 1880, fala-se em “princípio da nacionalidade”; de 1880 a

1918, fala-se em “ideia nacional”; e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em “questão nacional”.

As etapas referidas anteriormente definem de forma sucinta e didática um caminho para refletirmos o trajeto percorrido pelo Estado brasileiro a partir da independência. Como uma forma de se afirmar e ser reconhecido do ponto de vista interno e externo após a proclamação da independência, o Brasil busca seguir as tendências da época no que diz respeito às justificativas para a legitimação de sua autonomia. Tal contexto permite inferir que, no período do Primeiro Reinado, estava em jogo o processo de reconhecimento do território nacional, de delimitação de suas fronteiras e o esforço no sentido de não perder nenhuma região, mantendo a unidade territorial do período colonial.

O Estado Nacional, no Brasil Império, é o ponto de partida para uma longa marcha. No século XIX será preservado um território virtual gigantesco, muito maior que o real ocupado. Sem assumir o povo, o Império priorizou o tema da unidade e integridade territorial. (LESSA, 2008:243)

Essa seria, portanto, a primeira preocupação estética e estática no processo de legitimação da nação brasileira, a manutenção de sua grandeza e herança natural de toda a riqueza que o “Eden” nos legou, das fronteiras territoriais, marginalizando ou pelo menos relegando a segundo plano a constituição social do território nacional.

Porém, por mais que houvesse uma propaganda exaltando a natureza de um ponto de vista ideal, na prática a prioridade estabelecida pelo governo, nesse momento, era a integração do território e o povoamento antes mesmo da promoção de um sentimento de identidade nacional e, ainda segundo Borges (2009) as questões naturais como, a proteção à árvore, à floresta, enfim, dos recursos minerais como um todo, não era politicamente interessante.

Assim pode-se refletir que houve, de 1830 a 1880 no Brasil, a partir da linha de raciocínio estabelecida por Hobsbawm (1990) em seu livro “Nações e nacionalismo” - onde este traça uma reflexão sobre o surgimento das nações modernas principalmente na Europa - um princípio de nacionalidade surgindo e se afirmando, mas que não conduzia efetivamente uma política nacional que emanasse de uma expressão popular ou que, advinda do estado, pelo menos

se colocasse como representante da coletividade que compõem a nação e, que, a ideia de grandeza territorial e natureza exuberante continua perseverando como uma das principais representações do recém país.

Desde 1822, data da independência, até 1945, pelo menos três imagens da nação foram construídas pelas elites políticas e intelectuais. A primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda pela visão negativa do povo, a identidade nacional brasileira no dilema de duas perguntas sem fim e a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo fez parte da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas. (CARVALHO, 1977:233)

A identidade no Brasil foi imaginada a partir de uma paisagem natural de caráter estático e sem representação social. Apesar de toda a utilização desenfreada dos recursos naturais estabelecida desde os primórdios da colonização e que partiu de uma prática utilitarista, a importância e exaltação da natureza e de seus recursos fizeram-se presentes em discursos de todos os períodos da História do Brasil.

A abundância indiscutível do meio natural possivelmente incutiu no imaginário social uma característica que nos tornava únicos e reconhecidos. O ideal de recursos infinitos ao olhar daqueles que somente admiravam ou aos que utilizavam e dele se serviam fica claro no trecho a seguir do livro de Alfonso Celso: “O Brasil é imenso repositório de recursos, inexaurível arsenal para os industriais, refúgio sem igual aberto aos necessitados.” (CELSO, 1900)

O trecho acima, datado de 1900, reflete a concepção de natureza como importante instrumento utilizado para promover o patriotismo e nacionalismo no Brasil republicano. E a partir dele podemos conceber e refletir sobre a segunda etapa do nacionalismo proposto por Hobsbawm onde o ideal nacional vem à tona de forma mais complexa em que priorizam-se discussões científicas que buscam explicar povos e regiões. O discurso utilizado para esta nova etapa argumenta esforçando-se para enquadrar o meio natural, maior riqueza nacional, como um diferencial que traria ao país a oportunidade de ser desenvolvido e bem sucedido.

Em 1900, por ocasião do quarto centenário da chegada de Cabral, o conde de Afonso Celso publicou um livro intitulado “Por que me ufano de meu país”, que ficou conhecido como o paradigma do ufanismo, isto é, do orgulho ingênuo da pátria. O autor lista treze razões para se ter orgulho do país. As seis primeiras são edênicas, repetem os argumentos usados desde Cabral: o país é grande, tem riquezas incalculáveis, é riquíssimo, goza de perpétua primavera e não tem desastres naturais como terremotos, vulcões, ciclones. A importância desse texto é que o autor retoma os cronistas coloniais como Vespúcio, Simão de Vasconcelos, Rocha Pita, sem esquecer a Canção do exílio de Gonçalves Dias. Isto quer dizer que se formara entre a elite letrada uma tradição canônica de 400 anos de edenismo. (CARVALHO, 2006:16)

Ainda segundo Carvalho (2006), o livro de Afonso Celso teve ampla divulgação e serviu de base para a educação de crianças e jovens da época. A eloquência com que cita a natureza definindo-a como uma das fontes do por que o brasileiro não deve se envergonhar de seu país não passa despercebido no livro, está presente em todos os momentos, mesmo nos capítulos em que não aborda diretamente as questões naturais. José Murilo complementa:

Seu livro foi dedicado aos filhos e à juventude em geral. O autor queria inculcar neles patriotismo, queria combater o complexo de inferioridade que afetava a muitos brasileiros: “Quando disserdes: ‘Somos brasileiros!, levantai a cabeça, transbordantes de nobre ufania”. Seu livro teve ampla divulgação, atestada pelas edições sucessivas. O início da República foi marcado por um esforço de vários literatos em inculcar nas crianças o amor da pátria. (CARVALHO, 2006:17)

A tentativa de construir uma proposta de identidade e patriotismo que levasse em consideração um futuro promissor devido à riqueza disponível, praticamente inesgotável, no território, permitiria a nação sobrepujar um passado de avanços contidos e acabou por influenciar em um momento central para o nacionalismo a partir da década de 30.

Se queremos chamar a atenção para a importância dos processos ideológicos subjacentes à construção dos Estados nacionais, parece plenamente razoável partir de uma perspectiva que privilegie representações

ideais da nação e então explorar suas interações com interesses e práticas concretas. (REIS, 1988: 191)

Como alertou Reis (1988) é a partir das representações ideais construídas que se torna possível explorar as interações e práticas desenvolvidas pelos governos e sociedades. Um momento importante dessas interações que será alvo de reflexão desta pesquisa demonstrando um misto de representações ideais e interesses, foi o início da década de 30 com o governo de Vargas que absorveu o imaginário e entendeu a importância que a natureza teve na formação da identidade nacional até o momento de seu governo, aproveitando-se do ideal de riquezas abundantes e inesgotáveis para impulsionar um novo passo em direção ao progresso.

Todas as modificações e permanências referidas anteriormente no ambiente nacional demonstravam-se relevantes na discussão para o novo projeto de nação e desenvolvimento e a regulação do meio ambiente e dos recursos naturais. Para Borges:

Durante o período da República Velha (1889-1930), o país não demonstrava grande preocupação com os recursos naturais. Nesse período a legislação era liberal e garantia aos proprietários rurais autonomia e poder ilimitado sobre a propriedade. (BORGES, 2009:454).

Com a ruptura da monarquia e início da República no país, houve a manutenção do antigo sistema de oligarquias e poderes locais. O país esteve entregue durante séculos de sua formação, aos interesses de grupos regionais que, durante a República Velha permaneciam estabelecendo acordos políticos com maior liberdade e que, até então, decidiam os rumos das políticas implantadas em sua região e dos projetos nacionais a serem colocados em prática:

O governo federal ocupava-se em assegurar a defesa e a estabilidade e proteger os interesses da agricultura exportadora através do câmbio e da política de estoques, com reduzida interferência nos assuntos “internos” dos demais estados. (COSTA, 2008:841).

Porém, no início do século XX, como aumento do trabalho assalariado, migrações para as cidades, com os primeiros surtos de industrialização,

principalmente após a Primeira Guerra Mundial, tornam-se perceptíveis transformações mais profundas nas relações estabelecidas entre governo e sociedade que passa a pressionar por maiores mudanças desencadeando uma maior complexidade de anseios de diferentes setores da sociedade que passam a almejar novos rumos e objetivos.

Percebe-se uma transformação na forma de pensar e nas propostas de gerenciamento do país que são impulsionadas por movimentos internos e externos e uma população que começa a reivindicar maior participação nas questões nacionais.

Tais movimentos com maior intensidade a partir da década de 20 demonstram certa ruptura com sistemas e formas seguidas até então e objetivam novos possíveis rumos para o país.

O movimento artístico da Semana da Arte Moderna em 1922 foi importante por realçar tais contrastes que tornavam-se cada vez mais evidentes, denunciando várias contradições presentes na sociedade e história nacional e trazendo para a pauta de reflexões questões que pela primeira vez rompiam com o silêncio e almejam a necessidade de o país reconhecer-se sem comprar modelos pré-estabelecidos, vindos de fora, a modernidade ao país com uma nova perspectiva:

“Os anos 20, entretanto, anunciavam o despertar de um novo tempo. A conjuntura catastrófica dos anos anteriores parecia superada. O fim da guerra acrescentara novos conteúdos ao vocábulo moderno, em virtude do caráter apocalíptico atribuído à transição para o novo, ou seja, despertava o mundo num chamamento místico para a construção do novo, saído do caos – o novo homem, a nova ordem, o espírito novo e, especificamente no Brasil, a nova nação. A conjuntura que se abria a partir de então constituiu um momento de grande reflexão para as elites brasileiras sobre os problemas nacionais, dando origem à campanha nacionalista, que tomaria conta do país. (Peres e Turci, 2001, p.142)

Assim, a partir de pressões advindas de décadas anteriores, pode-se dizer que na década de 30 tem início um novo ciclo da História do país que incorpora toda a construção até aqui vivenciada somada a algumas das

pressões de parte da sociedade e intelectuais que anseiam por transformações e por uma nova forma de pensar a nação.

“...significativamente, um grupo modernista criará o verdeamarelismo como movimento cultural e político e dele sairá tanto o apoio ao nacionalismo da ditadura Vargas (é o caso da obra do poeta prosador Cassiano Ricardo) como a versão brasileira do fascismo, a Ação Integralista Brasileira, cujo expoente é o romancista Plínio Salgado.” (CHAUÍ, 2000:20)

Essas mudanças aliadas aos acontecimentos políticos foram decisivas para o início de um novo processo para a sociedade brasileira e, segundo Draibe (1985):

A quebra das “autonomias” estaduais que amparavam os “polos oligárquicos” resultou numa crescente centralização do poder: concentraram-se progressivamente no Executivo Federal os comandos sobre as políticas econômica e social, bem como a disposição sobre os meios repressivos e executivos. O Estado seguirá federativo na sua forma, mas os núcleos de poder local e regional serão subordinados cada vez mais ao centro onde se gestam as decisões cruciais. Esse movimento de centralização e concentração do poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês. (DRAIBE, 1985:54)

Adentraremos aqui em um período onde o Estado busca ser cada vez mais centralizador caracterizando uma modificação na forma de governo que nos possibilita avançar para o último estágio de nacionalismo proposto por Hobsbawm.

O novo projeto de nação agora surge em meio a transformações que passam a ser coordenadas pelo Estado e, é a partir daí que Vargas, aos poucos, coloca em prática um projeto de reestruturação para possibilitar novos rumos para o país e que, como defende Draibe (1985), não pode ser entendido como um processo linear e contínuo de expansão e centralização.

Para Franco e Drummond (2009):

A reestruturação do Estado nacional deveria, segundo os intelectuais, se dar de acordo com as noções de patriotismo e interesse geral, associadas à

percepção da ordem política como um todo orgânico, indivisível nos seus elementos constituintes. O imperativo de “integrar a nação” legitimava a ação de um Estado forte como promotor da unidade, do equilíbrio entre as classes e do desenvolvimento econômico. A falta de “consciência nacional” e a necessidade de sua “construção” reatualizavam a questão do nacionalismo, visto como resposta à crise e à anarquia atribuídas à ordem liberal. (FRANCO e DRUMMOND, 2009:19)

Tal posicionamento e pressões acabam por lançar as bases de apoio ao governo que tem início a partir de Getúlio Vargas responsável por inaugurar o terceiro período a que se refere Hobsbawm em que o Estado nacional assume o gerenciamento dos projetos ansiados por partes da sociedade. E, é nesse contexto que, segundo Chauí, parece surpreendente o fato de que o ideal de natureza representada no movimento do verdeamarelismo se tenha conservado quando parecia já não haver mais base retórica para sustentá-lo.

Sobre o verdeamarelismo, afirma Chauí:

“se ele foi a ideologia dos senhores de terra do sistema colonial, do Império e da República Velha, deveríamos presumir que desaparecesse por ocasião do processo de industrialização e de urbanização. Seria perfeitamente plausível imaginar que desaparecesse quando as duas guerras mundiais desfizeram as bases da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial de capitais, cada nação fazendo um mínimo de importações, voltando-se para o mercado interno, com estímulo à substituição das importações pela produção local das mercadorias e colocando uma burguesia urbana industrial, comercial e financeira na hegemonia do processo histórico. Não foi o caso. Não que não tenha havido tentativas para abandonar o verdeamarelismo. (CHAUÍ, 2000:34)

Seria perfeitamente compreensível, como colocado por Chauí, que uma nova proposta, uma perspectiva modernizante, no sentido da promoção da industrialização e desenvolvimento, ofuscasse a importância da questão natural no direcionamento da nova etapa da construção nacional encabeçada pelo Estado.

O que se observou, porém, foi a incorporação do discurso tão presente em nossa história desde o início da colonização e que não pôde ser colocado

de lado devido a tamanha força e relevância já constatada, enraizada e estabelecida como herança e orgulho nacional, dessa forma, mais fácil seria talvez - e obviamente leitor, podeis discordar - ressignificar tais posições perante um novo contexto e os novos horizontes traçados, como parte essencial do processo, permitindo a absorção do discurso da natureza como importância para a nação e para o Estado.

“Se antes o verdeamarelismo correspondia à autoimagem celebrativa dos dominantes, agora ele opera como compensação imaginária para a condição periférica e subordinada do país. Além disso, justamente porque aquele era o período da “questão nacional”, houve a ação deliberada do Estado na promoção da imagem verde-amarela.” (CHAUÍ, 2000:36)

É possível assim entender em grande parte porque o discurso da natureza enquanto bem-estar, enquanto herança glorificada, enquanto orgulho nacional, não fora abolido no momento em que o país rumava caminhos diferenciados em busca da autoafirmação e do desenvolvimento aos moldes propostos pelas sociedades europeias. Talvez esse fosse o único argumento e discurso que fizesse sentido para um país que tinha muito a esconder e onde os feitos históricos não incluíam uma população esquecida e marginalizada. Talvez a natureza funcionasse como um sedativo, como um calmante, como o vínculo do qual se orgulhava. Fato é que continuava a desfrutar de grande relevância e foi útil, mais uma vez, na tentativa de fortalecimento para o terceiro estágio da identidade nacional. Dessa forma acontece a centralização política e, como afirma Draibe, “a centralização política do pós-30 processa-se com a edificação de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle, que organiza em bases novas o “interesse geral” e a dominação social.” (DRAIBE, 1985:55)

Para a legitimação do novo projeto nacional seria necessária, a utilização pelo Estado, de variados recursos que possibilitassem a promoção do novo ideal, neste sentido, a imprensa e as propagandas da época também ajudaram a compor o novo cenário almejado. Ainda segundo Chauí:

Num governo de estilo fascista e populista, o Estado passou a usar diretamente os meios de comunicação, com a compra de jornais e de rádios

(como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro) e com a transmissão da “Hora do Brasil”. Esta possuía três finalidades: “informativa, cultural e cívica.”. (CHAUÍ, 2000:23)

O fato de o Estado se apropriar e se utilizar dos meios de comunicação permite o entendimento ainda mais nítido de suas intenções. A propagação de seus projetos e ideias foi fundamental para a adesão de boa parte da sociedade ao novo sistema implantado. Essa tentativa de utilização dos meios de comunicação foram fundamentais para manter a ideia de exaltação da natureza nacional e, ao mesmo tempo, anunciar uma nova fase de conquistas no caminho da modernidade:

Programas como, por exemplo, o “Horário do Brasil” tinham como intuito além de apresentar, segundo Chauí (2000) “decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais e, voltando-se para o homem do interior, possibilitar seu desenvolvimento e integração com os demais setores do país. “É dessa época a “Aquarela do Brasil” (de Ary Barroso), que canta as belezas naturais, mas também o “Brasil brasileiro”, isto é, o “mulato inzoneiro”, os olhos verdes da mulata, o samba, o “Brasil lindo e trigueiro”. (CHAUÍ, 2000:23)

Percebe-se o início do reconhecimento da diversidade do povo brasileiro, porém a argumentação que promovia a natureza e os recursos naturais funcionou como um ponto chave da política Varguista porque possibilitou inclusive, colocar em prática, um projeto político desenvolvimentista e aqui, adentramos em um novo estágio desta pesquisa em que o Estado apresenta a nova etapa a trilhar.

“Não é casual que a mesma época que ouvia a “Aquarela do Brasil” também lia a *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, para quem o Brasil era “um escândalo de cores”, escrevendo: “Parece que Deus derramou tinta por tudo”, céu de anil, flores e pássaros em que gritam o amarelo avermelhado do sol e do ouro, riquezas fabulosas e “todas as cores raciais, na paisagem humana”. Esses elementos são indicadores seguros da presença do verdeamarelismo. Sua função, porém, deslocou-se.” (CHAUÍ, 2000:23)

3. As bases de fundamentação do ideal desenvolvimentista.

3.1 Acontecimentos internos e externos que influenciaram os rumos do século XX.

Antes de seguirmos adiante para entender a nova etapa referida no capítulo anterior, importante se faz entendermos as dinâmicas e influências internas e externas que auxiliam nas escolhas e caminhos percorridos pelos governos e sociedade a partir do início do século XX. Assim, acontecimentos como, Primeira Guerra Mundial, Neocolonialismo, Imperialismo, urbanização, aumento de população, imigração, industrialização, todos, devem ser levados em consideração como agentes impulsionadores de mudanças que acabam por influenciar os caminhos percorridos pelo governo instaurado a partir de 30. Essa análise permite entender mais profundamente os ideais e projeto almejados pelo Estado na busca da implantação do novo projeto que será discutido na próxima sessão, o desenvolvimentismo.

A tentativa de iniciar um processo de formação da nacionalidade que permitisse o reconhecimento interno e externamente do mais novo projeto nacional e a busca por um eixo norteador que refletisse o conjunto levou a escolhas que também estiveram voltadas às influências do contexto de acontecimentos externos.

O XIX foi o século de efervescência nacionalista na Europa, marcado pela implantação das instituições da Revolução Francesa e pelo desenvolvimento das forças produtivas via Revolução Industrial inglesa. A ruptura com o processo colonial no Novo Mundo se deriva dessas emanções dessas revoluções europeias. Surge uma coleção de nações com variados processos genéticos e padrões de construção diferenciados. (LESSA, 2008: 237)

Questões externas são relevantes e auxiliaram na condução de fatores importantes e que, no caso do Brasil, acabaram por influenciar nas diferentes fases do nacionalismo e concepções sobre a natureza.

A reflexão que caracteriza as fases do nacionalismo listadas por Eric Hobsbawm (1990) evidenciavam, na Europa, uma tendência, em um primeiro

momento, ao despertar de movimentos liberais que buscaram justificar uniões de territórios em prol de interesses que muitas vezes englobaram fatores como a identificação através da língua, dos costumes, porém, tal item não foi o único fator norteador, as unificações e processos nacionais iniciados no século XIX também almejavam o aumento do poder e, por isso é fato que estes movimentos pendiam hegemonicamente para o aumento do território e não o contrário. Pequenas regiões eram absorvidas em um movimento imperialista que já esboçava suas primeiras tentativas e convicções.

O fortalecimento de algumas nações industriais e imperialistas torna-se exemplo e modelo a ser seguido para o alcance do desenvolvimento e modernização aumentando assim suas zonas de influência processo que acaba por se constituir no chamado imperialismo em finais do século XIX.

Na primeira metade do século XIX percebe-se o início da busca pela construção da nacionalidade no Brasil que ao optar e selecionar - na inexistência das revoluções burguesas presentes e latentes na Europa - uma forma de representação, um elo que permitisse a justificativa para concretizar e firmar a nação encontrou na natureza, uma das suas maiores peculiaridades digna de reverência, mantendo imutável todo o meio social o qual seria interessante não modificar para manter o status quo presente na sociedade da época.

Buscar uma outra forma de representação do Brasil naquele momento, seria muito complexo e até perigoso, portanto, foi providencial selecionar como o primeiro ideal de nação, a beleza paradisíaca das terras brasileiras e o que havia de mais genuíno e ingênuo, o índio, personagens estes também representados de forma amorfa e passiva.

“ A pátria e o índio passam a ser construídos discursivamente de modo idealizado. A nação natureza vai ser eleita como objeto de construção discursiva. Essa seleção da perspectiva natural da pátria não ocorre por acaso. Antonio Candido, em *Literatura e Subdesenvolvimento*, destaca que a nação-natureza se sobrepõe à nação-instituição. Esta não é objeto do romantismo porque a nação-instituição era débil, fraca, escravocrata, escravista, autoritária e não poderia ser idealizada. Entre as palavras e as coisas há todo um véu idealizador. Não há discurso crítico, de reflexão, de denúncia sobre o meio inculto, escravocrata, escravista, autoritário e patriarcal. Há um discurso

laudatário e idealizador. Esse dizer poético idealizador da pátria, e da pátria natureza, obviamente que obedece a um projeto político e vem de um certo lugar.” (FANINI, S/D)

Na segunda metade do século XIX, o cientificismo e o darwinismo dão origem a movimentos e correntes na Europa que refletem e legam modificações na busca pelo ideal de nação no Brasil que acabou sofrendo seu primeiro abalo e necessidade de reestruturação.

“Ao publicar “A Origem das Espécies”, em 1859, Darwin daria início a um intenso debate acerca da evolução nas sociedades humanas. As leis de hereditariedade e adaptação influenciaram decisivamente a instrução, como meio de acelerar o progresso mediante o exercício das funções intelectuais. A justificação do poder das elites, presumidamente superiores, e a eliminação dos fracos e doentes como medida eugênica acabaram se constituindo numa distorção. Entretanto, foi por esta via que o darwinismo chegou a exercer grande influencia na Europa e, conseqüentemente, na América, tendo sido inserido no caudal do “cientificismo” que marcou o pensamento europeu, desde meados do século XIX.” (SOUZA e BRAY, 2008: 92)

A influência dessa nova vertente de pensamento desajusta a busca por pensar uma identidade nacional baseada na realidade brasileira e que, ao mesmo tempo, se adeque as tendências do discurso internacional.

Foram amplas as discussões promovidas por grupos com diferentes perspectivas para explicar e fundamentar a nacionalidade neste período, e, no início do século XX, uma corrente de pensamento advinda de um grupo conhecido como verde-amarelos parecem encontrar uma justificativa para o caso brasileiro que, ao que parece, foi a mais absorvida pelo meio social:

“A "totalidade da nação" é um mistério, comunhão profunda que não pode ser decodificada pelo intelecto. Esse tipo de pensamento que desqualifica o uso do intelecto vendo-o como prova de pouca brasilidade nos vem desde o romantismo, conforme o mostra Luís Costa Lima. Nos trópicos, é a natureza que se encarrega de provocar o avanço do pensamento nacional. E como isto ocorre? Como a natureza dá conta deste papel? Para os verde-amarelos, a questão se resolve na geografia. Através do conhecimento dos acidentes geográficos de seu país a criança tem o primeiro insight de brasilidade... O

mapa do Brasil se transforma em objeto de culto cívico e poético, porque através dele se consegue criar o sentimento nacional.” (VELLOSO, 1993:14)

Em meio a grandes dificuldades de definição de uma identidade que absorva todas as tendências e complexidades internas e externas, verifica-se, mais uma vez, por parte de alguns grupos, a busca pelo aspecto físico, o ideal de natureza estático e, como afirma perfeitamente Velloso:

“Na geografia as coisas falam por si. A linguagem da natureza não envolve a trama das ações humanas... Este campo é livre, portanto, para o que se deseja construir. Por isso a geografia serve tão bem ao ufanismo. Se a história nos condena, a geografia nos redime...” (VELLOSO, 1993:22)

A Segunda Revolução Industrial em curso desde finais do século XIX e as mudanças observadas como tendências e modelos na época trouxeram uma nova configuração que inicia um processo de transformação no Brasil, norteadas por modelos industriais e que, cada vez mais, dedica-se no caminho de implantar esse sistema superando sua formação e base agrária.

“Lembremos que no cenário internacional, entre 1870 e 1930, a Segunda Revolução Industrial se consolidava nos países mais avançados, e atingiria a fase do “Fordismo” nos EUA: automóvel, eletricidade, rádio, cinema e telefone promoveriam importantes transformações, tanto na Base como na Superestrutura. É este também o grande momento do crescimento da massa de trabalhadores, da expansão sindical e do início do Welfare State, ampliando também os direitos civis. A notável expansão concentrada do capitalismo – que “recoloniza” o mundo periférico – promoveria também sua extroversão internacional junto aos países periféricos, para a conquista de mercados e posições econômicas.” (CANO, 2012:899)

É possível compreender a necessidade para pensadores e intelectuais do referido mundo periférico, de encontrar um caminho que permitisse ao país, firmar sua autonomia e seguir sem maiores interferências das influências de nações industrializadas que buscavam expandir-se intervindo direta ou indiretamente em outros territórios.

A busca pela modernização seria uma forma de garantir ao mesmo tempo em que o progresso, a autonomia perante essa situação e esse pode ser visto como um motivo substancial para a urgência da fase nacionalista que estaria

por vir e que demandaria ao Estado estabelecer e organizar o caminho a seguir:

“E modernizar o país significava, para as elites pensantes brasileiras, tirar o Brasil do “atraso” em que ele se encontrava. Atraso identificado com base nos elementos formadores do povo ou da raça brasileira, atribuídos ao passado colonial e suas reminiscências, e agravados pelo clima tropical – negritude, indolência, preguiça.” (PERES e TERCI, 2001:140)

O antigo modelo seguido por parte de países americanos, agroexportadores, monocultores, tão dependentes das riquezas naturais apresentavam-se, perante o modelo europeu, retrogrado, tornando evidente a necessidade de transformação da estrutura social, política e econômica do país diminuindo assim sua exposição aos países industrializados.

Após principalmente a Segunda Revolução Industrial, caracterizada por uma competição tecnológica cada vez mais acentuada, já apresentada por Cano (2012) no excerto anterior, torna-se evidente a necessidade de mercados que absorvam a maior produtividade buscando aumentar áreas de influência e a posse de recursos naturais indispensáveis a manutenção produtiva.

Como o leitor já deve saber, tal questão não pode ser negligenciada, pois, a disputa por territórios a nível global que configurou o imperialismo figura entre os principais motivos geradores da Primeira Guerra Mundial.

Foi no período de duração da Primeira Guerra Mundial que teve início a necessidade de investimentos industriais mais contundentes no Brasil, mas, foi durante o entre guerras, impulsionado por fatores externos como a crise de 1929, que importantes modificações determinaram alguns dos rumos traçados na história nacional através da necessidade de superação do modelo seguido e promoção de projetos mais focados no desenvolvimento da industrialização, que seriam encabeçados pelo aumento da participação do estado nas questões nacionais.

“Essas transformações concorreram, nos países avançados, para o surgimento do modernismo, representado não só nas artes, na literatura, mas também na urbanização, que ganha novas formas, e novos costumes. Por serem inseridos no capitalismo internacional no século XIX, também os países subdesenvolvidos seriam afetados por várias transformações modernizadoras,

principalmente com o início da industrialização, desencadeada a partir da ruptura da “Crise de 1929””. (CANO, 2012:900)

O observar das transformações no cenário interno e externo da época, refletem a necessidade de um novo projeto, a conjuntura acima traçada permite entender que - no momento histórico a que se aterá, a partir de agora, a linha de discussão da pesquisa, relacionado ao início do século XX - promover o nacionalismo, era também para países periféricos, uma forma de garantir a ordem sem grandes rupturas, a independência e a autonomia do território nacional, figurando como tendência retórica utilizada pelos estados nacionais, principalmente pós-crise de 1929.

A crise liberal de âmbito mundial observada após 1929 e a retração dos mercados quanto a exportação e importação influenciaram, em vários aspectos, a opção pela industrialização promovida pelo Estado no Brasil:

“Para a saída da crise e início da industrialização, há que se entender a existência de dois momentos cruciais. O primeiro, imediato, que decorre da atitude do Estado, em instaurar uma política anticíclica que recuperou boa parte da renda e do emprego, sustentada, pelo lado da oferta, em grande parte pela capacidade produtiva industrial ociosa, instalada ainda nos anos vinte. No segundo momento, e à medida que essa capacidade fosse “enxugada” e a economia superasse a crise, a industrialização estimularia o investimento autônomo – não apenas na indústria, mas também o de caráter complementar, principalmente, na infra-estrutura – e para isso exigiria novos rumos na concepção e prática da política econômica. Assim sendo, e para que a industrialização não abortasse, diante das restrições de recursos, de infra-estrutura e de instrumentos de política econômica adequados, era imprescindível a reconstrução do Estado e da política econômica e seu manejo responsável. “(CANO, 2012:913)

A urbanização e o crescimento das cidades notados principalmente a partir do século XX, nas regiões onde se promove um aumento do setor industrial brasileiro vem modificar a conjuntura nacional com a substancial diversificação de classes sociais como a classe média e o operariado, tendo por consequência um sugestivo aumento das reivindicações por direitos e mudanças na sociedade onde, timidamente, o povo, excluído do processo de construção do ideal nacional, começa a ser notado enquanto potencial

mobilizador, e a progressiva dificuldade em mantê-lo sem reconhecimento e diálogo torna-se cada vez mais evidente, porém, ainda é frágil e fraca a movimentação e organização advinda de tal meio.

“Essa expansão gerou maior complexidade social e econômica, ampliando os conflitos de interesses e obrigou o Estado a se fortalecer institucionalmente. O conservadorismo das elites propiciou-lhe o aumento considerável também do aparelho repressor. É justamente em decorrência dessa diversificação social e econômica e da não resolução democrática desses conflitos, que os movimentos reivindicatório e o revolucionário chegaram à ruptura de 1930.” (CANO, 2012:901)

Nessa conjuntura, a reestruturação no que se refere à etapa de construção do ideal nacional, se faz necessária, pois, o país ao mesmo tempo em que absorve ideias de cientificismo, desenvolvimento e progresso, passa por transformações internas em sua organização política com a implementação de governo mais centralizado que passa a evidenciar a importância do homem no caminho do desenvolvimento, mas, ficará claro que, a importância do meio natural na constituição do país e do brasileiro continuará sendo a bandeira que diferencia a nação e esta ideia acaba sendo gradativamente transplantada para o novo ideal de modernidade.

Dessa forma, a necessidade de construção de nações sólidas com ideais mais abrangentes, no caso do Brasil, levará consigo ainda, a natureza e os recursos minerais como bandeiras a serem valoradas e defendidas e acrescentará um novo fenômeno, o Estado como indutor do progresso rumo ao “país do futuro”.

Ribeiro e Cardoso (1996) refletem sobre essa questão e, segundo eles, a construção da nacionalidade nesse momento – mas também pode ser aplicado a outros -, se dá da seguinte forma: “Todos os discursos tendem, mais ou menos, a apresentar um país ‘sem povo’, ou melhor, sem uma sociedade organizada, organicamente constituída, capaz de, por si, estabelecer as dinâmicas constituidoras da nacionalidade” (RIBEIRO e CARDOSO, 1996:57)

Portanto, o governo instaurado a partir de 1930 inaugurou, sob influências externas e internas, um processo centralizador que cuidou de promover muitos dos ideais culturais, econômicos e políticos presentes no decorrer de todo o século XX, refletindo em modelos ainda nos dias atuais, buscando também

absorver as exigências e propostas presentes na sociedade da época, assumindo sob o controle do Estado, as novas tendências observadas no meio político e social.

“O Estado democrático forte” que, por fim, acaba se instalando com a entrada de Getúlio Vargas no poder é a consolidação dos anseios dos estudiosos nacionais naquele período.

Ao se proceder as leituras destes intelectuais do final do século passado – como Euclides da Cunha e Silvio Romero – e do início do século XX – como Oliveira Vianna – o que se pode perceber, logo de imediato, é uma insatisfação muito grande com as condições do país. A desarticulação territorial, as jogadas políticas promovidas pelos regionalismos oligárquicos, os “individualismos” que não permitiam se pensar o Brasil como uma nação unificada, faziam parte de uma grande problemática que estes intelectuais sentiam sobre seus próprios ombros. Resolvê-las colocava-se como uma imposição que somente eles, no papel de uma elite esclarecida poderiam dar conta.” (SOUZA e BRAY, 2011)

Dessa forma, como defende Peres e Turci (2001) esse processo ocasionou uma forma de modernização chamada de “modernização conservadora”, como colocado pelas autoras, onde a realidade vivenciada teria tornado defensável o Estado autoritário e o poder central como única via na construção do projeto de modernidade:

“Essa formulação, levada às últimas consequências, produziu o ideário do Estado Novo, cuja atenção voltou-se especialmente para a questão social e a proposição de criar uma sociedade harmônica sob a tutela do Estado.” (PERES e TURCI, p.142, 2001)

O modelo inaugurado pelo Estado a partir da década de 30 deu início a tentativa de implantar no Brasil o modelo desenvolvimentista que será aprofundado adiante no próximo capítulo dessa pesquisa, porém importante saber que:

“Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo foi a denominação atribuída à estratégia nacional empregada pelos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930 ou no final da II Guerra Mundial, já que possuía um viés nacionalista que aspirava a construção do Estado nacional (Bresser-Pereira, 2007: 70). (PINHO, 2010: 5)

A forma de governo adotada a partir da Revolução de 30 buscou conciliar o antigo e as novas forças emergentes na sociedade da época:

“Da habilidade política e conciliatória de Vargas e de sua visão de estadista, nasce então um novo Estado, na verdade exigido pelas transformações que a base sofrera no período anterior. Seria este Estado, ainda que de forma autoritária, implantaria grande parte das transformações necessárias: o Estado promotor e produtor, a política de industrialização, a legislação social e trabalhista, o novo Código Eleitoral, etc. Sua visão desenvolvimentista, na qual inclusive explicita a necessidade de integração do mercado nacional, antecede esse período. É nesse jogo que a habilidade de Vargas conseguiu construir o Brasil urbano e industrial que então se consolidaria no pós-guerra, não sem grandes dificuldades, a maior parte das quais, permanentemente imposta pelas elites que continuariam a negar apoio às reformas estruturais, principalmente àquelas que implicassem na melhoria do padrão de distribuição social da renda.” (CANO, 2012:912)

3.2 Identidade nacional, natureza e desenvolvimentismo.

Adotando os ideais de desenvolvimentismo, o governo instaurado busca superar a ideia de natureza implantando um ideal de progresso a partir das mãos dos brasileiros, da modificação de um sistema arcaico para um sistema onde os homens modificariam o status quo superando o caráter agrário exportador que acompanhou a história nacional desde o princípio.

“Havia a intenção de articular os ideais românticos de natureza e de nacionalidade – que atribuíam ao povo um caráter específico, em conformidade com o seu meio natural – com uma abordagem racionalista – segundo a qual tanto o mundo natural como o próprio povo podiam ser “melhorados” por meio de uma ciência universal e da comparação com outros povos”. (FRANCO e DRUMMOND, 2010:59)

Assim, como citado por Franco e Drummond (2010), com o advento da modernidade, o campo e o meio natural foram encarados, muitas vezes, como símbolos do atraso e, a adesão ao discurso industrializante e urbanizador que supera o passado de colônia, Império e República Oligárquica, modifica e remodela seu valor e sentido.

O ideal de progresso determinante nos rumos dos projetos estatais induzem a uma transformação na forma de valorar a natureza e esta passa a ser vista como base de sustentação, como subsídio essencial na construção do novo projeto nacional, principalmente no que se refere aos recursos naturais, porém é necessário transpor, sobrepujar a ideia unicamente de natureza por si só e inserir no ideal nacional a noção do moderno que é a modificação feita pelo homem, no caso brasileiro representado pelo Estado.

É essa a premissa que justifica, por exemplo, o surgimento de legislações e códigos que ordenam o uso dos recursos naturais no decorrer da década de 30.

Mesmo assim, os esforços na tentativa de superação daquilo que a modernidade passou a considerar retrogrado e a busca pelos modelos que levavam ao progresso e ao desenvolvimento, não conseguiriam apagar da memória coletiva, a força e a permanência da importância do meio natural no processo de formação da identidade brasileira.

A imagem, como coloca, Marílina Chauí (2000), país-jardim/natureza-paráíso, continuou a permear o imaginário nacional com o verdeamarelismo.

Assim, mesmo com a busca por um novo modelo voltado para exemplos industrializantes, a natureza ainda era vista como a fonte de toda a riqueza e importância que fazia do Brasil uma nação diferente, abençoada, não sendo possível sobrepujar por completo a ideia por muito tempo presente no ideário social de importância da natureza para a nação. “É dessa época a “Aquarela do Brasil” (de Ary Barroso), que canta as belezas naturais, mas também o “Brasil brasileiro”.” (CHAUÍ, 2000:37)

O ideal em construção a partir da década de 1930 tem seus reflexos nos anos posteriores onde em muitos aspectos, é perceptível uma fusão entre o velho modelo, tradicional, pautado na exploração do meio natural ao mesmo tempo em que exalta os recursos infindáveis, e o novo modelo, industrializante, marca principal do ideal de progresso e etapa necessária para o desenvolvimento.

É possível perceber também, o início de uma tênue modificação na mentalidade da época no que diz respeito as questões naturais.

No decorrer das décadas posteriores, porém, o modelo de modernidade seguido, seja por questões internas ou externas, mostrou contidos avanços

substanciais nos padrões vigentes das estruturas de poder nacionais e, é perceptível como, quando os projetos políticos e de modernização demonstraram-se insuficientes e falhos perante o meio social, transpareceu e veio à tona, de forma muitas vezes espontânea, no imaginário de boa parte dos brasileiros, como fonte de orgulho à pátria o elo com a natureza/paraíso.

Porém a natureza, mesmo aparecendo como parte do discurso central relacionado a formação da nacionalidade sempre esteve a margem no que diz respeito a preocupação efetiva que a encarasse não somente como ente contemplativo, como externalidade, mas como parte das dinâmicas históricas.

3.3 Estado, natureza e desenvolvimentismo.

O Estado nacional, percebendo a necessidade de se firmar perante o contexto externo procurou traçar novas etapas de formação do ideal nacional espelhando-se muito aos moldes de países industrializados. Tal molde lançou as bases para a concepção de um projeto moderno de desenvolvimento, cujo ponto imprescindível e diferencial foi, mais uma vez, a fartura de recursos naturais. Neste capítulo reitera-se a ideia de que a modernidade e o progresso no Brasil dividem espaço com a natureza.

Como já visto, a partir de 1930 um diferente modelo político econômico se instaura no Brasil e evidenciando novas formas de pensar o meio ambiente:

“O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes. Estabelece-se, portanto, a hipótese de que sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo. Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a justificar a si mesmo, ou seja, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico,

que este é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser.”
(FONSECA, 2004:2)

A inauguração de uma diferente perspectiva e configuração política no país abarcou diferentes anseios e vai refletir em todos os setores sociais, políticos e econômicos, tais reflexos puderam ser sentidos também no aspecto ambiental.

O reordenamento institucional – que poderíamos sintetizar sob o título geral de centralização – fez avançar a construção do arcabouço jurídico-político estatal, com o sentido fundamental de estabelecer novos suportes organizacionais e normativos para a expressão do poder do Estado como poder unificado, genérico e abstrato. A instituição do voto universal e secreto, a unificação dos códigos judiciais, a elaboração da legislação sobre as “riquezas”, a saúde ou a educação – a ordenação jurídica se faz sob a forma universalista e genérica, emanada de um centro político e fundada numa definição abstrata da “nação” e da igualdade dos cidadãos. O “interesse geral” ganha maior concretude no formalismo e na abstração da lei, expressão de um Estado que atua soberanamente no âmbito de toda a nação, em nome de suas “razões”, que identifica com as de todo o povo e apresenta como gerais e nacionais. A obra iniciada nos tempos do Império, que avançara a seu modo e sob as injunções do regime federalista no Estado oligárquico, ganha novas dimensões. (DRAIBE, 1985:55)

Algumas das mudanças, como já mencionado, foram consequências de um país mais complexo, onde não mais se pode ignorar a transformação ocorrida principalmente a partir dos meios urbanos, o protagonismo de classes como a burguesia industrial e o operariado, o aumento do número de profissionais liberais ou de prestadores de serviços, o fortalecimento da classe média.

As mudanças ocorridas não conseguem eliminar as antigas estruturas oligárquicas de mentalidade arcaica que existiam no país e enraizaram-se desde o período colonial, porém, pode-se dizer que houve uma diminuição de sua influência e interesses, prova disso foram as políticas implantadas pelo governo federal.

A autonomia do Estado, neste sentido, adquiriu expressão material na medida em que cresceu, por meio de seus órgãos, sua capacidade regulatória e intervencionista. Por outro lado, o mecanismo político de reprodução da autonomia do Estado manifesta-se exatamente na sua capacidade de entendimento - através de suas políticas - de interesses múltiplos, heterogêneos, ao “reequilibrar”, dentro de suas estruturas, interesses imediatos e reafirma sua relativa independência, legitimando seu poder ao dar caráter geral e universal a suas políticas. (DRAIBE, 1985:35)

Assim, é possível concluir que muitas das reivindicações de diferentes grupos presentes na sociedade do início do século XX, mesmo que diversas, foram sendo parcialmente incorporadas e integradas às políticas colocadas em práticas pelo governo empossado a partir de 1930, adquirindo o caráter de abstração por meio de leis e do novo projeto nacional e, nesta perspectiva, ações relativas às questões ambientais passam a fazer parte da pauta das políticas do governo:

“Foi justamente no governo Vargas que se puderam observar as primeiras tentativas do Estado de ordenar o uso dos recursos naturais. No período pré-Vargas, o que se constata pela análise historiográfica, é que as preocupações ambientais são caracterizadas por ciclos de exploração dos recursos visando à demanda externa, sendo que nestes espaços de tempo, o Estado atribuía importância ao recurso natural sempre associado prioritariamente ao aspecto econômico, desconsiderando os impactos ambientais dessa exploração.” (HAMMERL, 2013:1).

A mentalidade de exploração dos recursos naturais na época anterior à década de 30 no Brasil esteve muito voltada a uma lógica ainda colonial baseada na exploração do campo e da terra, que interessava as oligarquias presentes no país e se demonstrava pouco coerente no quesito unidade nacional com uma estrutura fragilmente consolidada.

No início do século XX, os primeiros passos mais concretos em direção à industrialização e a consequente e gradual modificação da mentalidade nacional legam também transformações nas formas de lidar com as questões ambientais.

Assim, segundo Lustosa (LUSTOSA, 2003) tais modificações levam a mudanças e a aplicação de políticas governamentais possibilitando a criação do Código Florestal, assim como os códigos de Água, Minas, Caça e Pesca e a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Porém, defende o autor, por mais que houvesse essas iniciativas é importante ressaltar que não se tratavam propriamente de prioridades da política de Vargas.

Posteriormente, buscaremos refletir um pouco sobre tal questão traçando alguns dos motivos que podem ter auxiliado e norteado o Estado na tomada de decisões que trariam mudanças nas políticas ambientais.

Importante, porém se faz notar que, os primeiros indícios de modificação das relações governamentais voltados à forma de observar o meio ambiente, no caso do Brasil, foram um legado herdado do governo de Getúlio Vargas, porém, torna-se cada vez mais perceptível, o fato de tais mudanças estarem voltadas ou subordinadas a outros interesses.

Ao seguir com regulações na área ambiental o governo pôde, por exemplo, amenizar cobranças e pressões feitas por acadêmicos da época implantando áreas de preservação aos moldes de iniciativas que já vinham sendo tomadas em outras regiões do mundo.

A convicção de que a lei se constituía em um instrumento legítimo de orientação das condutas humanas justificava o apelo por um Estado intervencionista que, por meio da lei, conseguisse “organizar” a sociedade. (FRANCO e DRUMMOND, 2010:60)

Outra importante opção para fortalecer o Estado foi a de incorporar, continuando a utilizar e mesmo aprofundar a ideia de que a natureza brasileira é uma dádiva que deve ser exaltada coroando assim um pensamento presente desde os primórdios da formação do país, possibilitando reafirmar tal identidade com novos contornos que dariam legitimidade ao Estado nação.

Nessa lógica, um terceiro elemento permitiria ao Brasil transcender do ponto de vista econômico – já que havia fortes indícios de transformação nos termos políticos e sociais – colocando-se no caminho ou mesmo entre as nações mais desenvolvidas do período, devido ao país ter o potencial e a capacidade de usufruir daquilo que muitas nações tiveram que buscar fora de

suas fronteiras no período imperialista - as riquezas naturais, fonte essencial de matéria-prima - como forma de continuar alavancando suas economias. Nessa perspectiva o meio natural pode ser enquadrado a uma nova lógica, a lógica desenvolvimentista.

“...quatro são as correntes de ideias que antecedem o desenvolvimentismo, as quais se associam para sua constituição. Além das três antes mencionadas – a dos nacionalistas, a dos defensores da industrialização e a dos intervencionistas pró-crescimento -, o positivismo é a quarta corrente de ideias que veio contribuir para sua formação e, associado às três anteriores, permitiu a construção de um fenômeno historicamente novo: o desenvolvimentismo.” (FONSECA, 2004:3)

A adoção do discurso e políticas desenvolvimentistas surgiu concomitante à tentativa de consolidação do Estado Nacional a partir da década de 30. Dessa forma, a natureza passa a ser a chave para tal consolidação e entra na pauta das preocupações do Estado nacional como uma peça fundamental para impulsionar o desenvolvimento, para a transcendência.

Explica-se dessa forma, parte do impulso e adoção de uma racionalidade através de medidas e práticas que prezam pelo reconhecimento e mapeamento do meio e riquezas naturais como base para alavancar os possíveis caminhos a serem seguidos ao mesmo tempo em que permite a afirmação do sistema vigente.

O impulso ao autoconhecimento do território surgiu como uma forma de promoção para melhorar a racionalidade e aumentar dados referentes aos recursos naturais, além de exaltar e propagar as belezas naturais do país através, por exemplo, de cartões postais que promoveram inclusive o turismo nacional:

A ideia de uso turístico dos espaços naturais, tal qual a perspectiva preservacionista, parece ter frutificado no cenário brasileiro na década de 1930/40. Embora parte dos intelectuais que contribuíram para este debate, sobretudo no ato da primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (1934), assumissem o discurso conservacionista, os ideais de aliar estética, economia, e proteção ao meio natural por meio do turismo, aparecem como

uma adequada opção de negociação entre os dois discursos, sendo assumido como uma boa alternativa a ser implementada no caso brasileiro. (HAMMERL, 2013:5).

Nesse período o meio natural é enaltecido em propagandas turísticas e serve de base para auxiliar na autenticação da identidade nacional, na valorização e conscientização do potencial da natureza promovendo os anseios que a intelectualidade da época priorizava, assim “uma das primeiras vias a colocar a preservação ambiental como questão da política nacional ambiental foi o turismo.” (HAMMERL, 2013:5)

As imagens e temáticas vinculadas à natureza durante o governo getulista são apresentadas como base indispensável ao novo Brasil que se apresenta no caminho da modernidade que se torna seu complemento na busca por modelos ideais, portanto, natureza e modernidade (urbanização/indústria) são apresentadas como contextos complementares, se encaixam e estão intrinsecamente relacionadas.

Segundo Jaguaribe e Lissovski (2006), as primeiras iniciativas durante o governo Vargas para divulgação da atividade turística podem ser percebidas na concepção do livro *Obra getuliana*, idealizada em 1938 por Gustavo Capanema, Ministro da Educação.

Outra referência, que também trata sobre o tema, Lacerda (1994), quando se refere ao livro de Capanema, descreve:

O tempo inteiro o Estado se autorrefere nessas imagens. É ele o personagem principal invisível, que ao mostrar e narrar, mostra-se e fala de si. A ideia central que anima o projeto das imagens na "Obra Getuliana" é a de unidade em torno do conceito de nação brasileira. As diferenças étnicas, religiosas, regionais são abolidas em função do privilégio da unidade. Esta unidade é representada por pares como, por exemplo, campo-cidade, natureza-indústria, homem-máquina, mas estes elementos nunca se opõem. Eles se complementam na elaboração da imagem da Nação. Na natureza (campo), o potencial produtivo, no urbano (indústria), o modelo de modernidade. (LACERDA, 1994:258)

Além do turismo que foi uma ideia absorvida pelo Estado como forma de enaltecimento e de impulso publicitário de seus projetos também foram incorporados pelo Estado às pressões de grupos preservacionistas que discutiam e mobilizavam-se cada vez mais fruto de um gradual aumento de consciência e reivindicações já anteriormente presentes e que refletiam em pressões na sociedade da época.

No Brasil dos anos 1920-1930, portanto, os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando que a natureza deveria ser protegida, tanto como conjunto de recursos produtivos a serem explorados racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras quanto como diversidade biológica a ser objeto de ciência e contemplação estética. (FRANCO e DRUMMOND, 2010:49)

Essa é, portanto, segundo Franco e Drummond, a perspectiva sobre a qual se fundamenta boa parcela do pensamento de teóricos e cientistas da época dos quais grande parte tiveram participação na formação do pensamento e da preservação ambiental implementada no modelo brasileiro. Ainda segundo os autores, na conferência de 1934 sobre a natureza:

Nomes como os de José Bonifácio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Francisco Freire, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Manoel Bonfim foram referências constantes, em função de suas críticas às devastações a que a natureza era submetida historicamente no Brasil. Numerosos congressos internacionais e leis de proteção da natureza de outros países eram citados como exemplos. Foi ao passado e as iniciativas que estavam acontecendo em outros países que os protetores brasileiros da natureza recorreram para fundamentar os seus argumentos. (FRANCO e DRUMMOND, 2009:19)

Como afirmaram Franco e Drummond (2009) os conceitos que fundamentaram e impulsionaram a preservação ambiental no Brasil do início do século XX eram motivados e influenciados por pensamentos e práticas externas que norteavam em muito as ações empregadas ao caso brasileiro.

Assim surge, cada vez mais, a necessidade de reconhecimento do meio natural que passa a ser feito com base no mapeamento de propriedades e suas especificidades, selecionando formas de utilizações possíveis,

valorizando seu poder estético e observando-se as capacidades e limites de seu uso em uma lógica vinculada as necessidades utilitaristas.

Com a organização das políticas ambientais implantadas pelo Estado pode-se inferir que o aprimoramento do conhecimento dos recursos disponíveis através do mapeamento do solo, águas, minérios, enfim, do meio natural, possibilitou um maior controle e organização, além do estabelecimento de um projeto que possibilitasse a utilização dos recursos naturais necessários ou de maior valor para o benefício da nação, visando assim suprir o projeto nacional de desenvolvimento com uma de suas necessidades básicas, os recursos naturais.

A adoção da prática de uma política de controle do uso de tais recursos principalmente em setores privados entra em vigor como forma de ordenar e impulsionar o crescimento nacional.

Como apontam importantes autores que tratam sobre o período pode-se dizer que “a efetivação da autoridade pública central, sobre recursos considerados essenciais ou estratégicos, constituiu um dos mecanismos típicos de formação dos Estados Nacionais.” (DRAIBE, 1985:83).

Assim, os recursos minerais despontam com grande importância para a construção das bases de um estado moderno que promovesse o progresso e o caminho na direção de um futuro diferente à nação, trazendo a modernidade e deixando para trás a dependência e utilização do meio em prol de interesses externos ou individuais para a compensação de uma dinâmica que visasse contemplar o coletivo direcionado pelo governo.

Neste ideário, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas, etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação

permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes. (FONSECA, 2004:14)

A busca por parte do Estado no caminho do impulso ao progresso e da inserção do país na modernidade teve como consequência o estímulo à indústria de base:

É inegável que, desde meados dos anos de 1930 e principalmente durante o Estado Novo, inscreviam-se, na lógica de expansão do aparelho regulatório estatal e do projeto de industrialização pesada, os requerimentos de intervenção, planificação e aprofundamento dos controles econômicos; mas se a conjugação de forças políticas que sustentou um e outro período – o que vai até 1937 e o que se estende até 1945 – abriu espaço à ação industrializante do Estado, também não deixou de conter fortíssimos elementos de resistência à industrialização, à “nacionalização” das políticas, à intervenção e ao planejamento. (DRAIBE, 1985:99)

Apesar das diferentes forças e projetos emergentes na sociedade da época, estas acabaram por obscurecer-se na construção do ideal de Estado nação que incorporou importantes aspectos já enraizados desde o período colonial que somaram-se a adoção do modelo desenvolvimentista moderno e em ambos fez-se presentes um importante fator: a natureza e os recursos minerais.

3.4 Recursos minerais e nacional desenvolvimentismo

Até aqui, é possível concluir que a formação do Estado nação, no percurso proposto por Hobsbawn, Anderson e outros pensadores do tema nacionalismo, pode se aplicar ao contexto brasileiro, porém, no Brasil essa construção está mais fortemente vinculada à natureza como importante elemento que permeia todas as etapas, desde o início com as políticas de extração de recursos até adquirir contornos novos, onde passa a ser a base do projeto de integração que possibilitou o reconhecimento nacional (interno e externo) com a independência.

Após importantes mudanças no cenário interno e externo, o projeto nacional foi remodelado na busca do caminho para o progresso a partir do modelo desenvolvimentista, já que, a base que são os recursos naturais, o país já possuía e estava fortemente presente no imaginário construído.

“Pode-se retomar a hipótese que foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo por primeira vez expressou-se de forma mais acabada. Nele as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo aparecem associadas não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a implementar configurando o embrião de nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento. Esta palavra gradualmente substitui o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história; o governo deveria estar à frente de uma construção. (FONSECA, 2004:18)

A opção por uma política intervencionista possibilita a regulação de vários setores, inclusive o dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, norteia projetos no caminho de um desenvolvimento planejado que necessitava impulsionar a industrialização para avançar na etapa de modernização da nação.

Somente a partir do incentivo e maior controle sobre as riquezas minerais seria possível, no contexto brasileiro, abranger um projeto que permitisse o desenvolvimento das bases industriais possibilitando maior arrecadação por parte do Estado para que pudesse investir em setores de base e, ao mesmo tempo, na necessária infraestrutura que viabilizasse todo o sistema proposto.

“O governo lançou-se de maneira franca e direta no projeto desenvolvimentista, criando as bases necessárias da industrialização — a infra-estrutura de transporte, a oferta de energia elétrica e a produção de aço, matéria-prima básica para a indústria de bens duráveis. Mais do que isso, assumiu papel estratégico na coordenação de decisões econômicas.” (COSTA, 2008:844)

As finanças do país estiveram, até o período, muito voltadas para o mercado externo e o Estado dispunha de pouca reserva para subsidiar as mudanças almejadas e necessárias, assim, segundo Costa (2008) algumas

medidas tiveram que ser tomadas visando aumentar a arrecadação que possibilitasse investimentos:

“O Estado nacional poderia liderar o processo de desenvolvimento, estabelecendo barreiras alfandegárias, construindo infraestruturas, criando subsídios e incentivos e oferecendo crédito. Esse papel supunha não só a capacidade de gerar poupança interna para participar da formação bruta de capital como também um elevado grau de intervenção na economia, em particular, e na vida social em geral. Estavam lançadas as bases do modelo de crescimento e do Estado intervencionista brasileiro.” (COSTA, 2008:842)

Tratar-se-á adiante, de forma superficial, sobre as estratégias utilizadas pelo governo para implantar um estado forte, dessa forma, cabe ao leitor buscá-las fora, porém, o que se faz importante entender é que, a maior intervenção do Estado nas questões econômicas ampliou a possibilidade para o mesmo, de investimentos, o que possibilitou arrecadar fundos para serem utilizados em áreas estratégicas.

“Até 1930 existiam no Brasil 12 empresas públicas; de 1930 a 1945, foram criadas 13 novas empresas, sendo 10 do setor produtivo, entre elas a Companhia Vale do Rio Doce, hoje uma gigante da mineração, e a Companhia Siderúrgica Nacional, ambas já privatizadas.” (COSTA, 2008:647)

A industrialização que já vinha sendo implantada no país desde o início do século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, passa agora por uma nova etapa, em um novo modelo de desenvolvimento que além do progresso possibilitasse a autonomia e mobilização de recursos em pró do ideal nacional:

O que apresenta maior continuidade é a adesão ao ideário do *nacional-desenvolvimentismo*, ou seja, a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando: 1) a especialização primário-exportadora, e 2) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação *natural* (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas. Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja,

não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo. (BASTOS, 2007:3)

A maior intervenção estatal possibilitou, portanto, ao país seguir seu projeto rumo ao desenvolvimento. Para isso poderia contar previamente com sua soberania natural, um território de grandes proporções, as condições ideais para a prosperidade industrial e econômica, a fartura, as dádivas, que demonstravam-se como um grande diferencial e coroariam a nação com os adjetivos e objetivos almejados, porém ainda não alcançados no processo histórico, de nação desenvolvida e moderna.

Isso não definia apenas um quadro legal de legitimação do intervencionismo estatal; abria espaço para que ele avançasse para formas ainda mais profundas: a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado-empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico. (DRAIBE, 1985: 85)

A instauração dos Códigos das Minas e Águas fundamentou-se, portanto, nessa dinâmica em que os recursos naturais foram investigados e pensados para fazer parte de um movimento que visou potencializar o crescimento econômico nacional através do ideal ambicionado.

Especificamente, pode-se dizer que o código das Minas foi um dos passos mais importantes que possibilitou a realização do projeto de instauração das indústrias de base no país.

Desenvolver economicamente a nação se confundia, cada vez mais, com a redução de sua dependência de insumos industriais e energéticos importados, avançando na industrialização pesada, inclusive para poder mudar posteriormente a pauta de exportações. É por isto que Vargas alegaria que a questão do aço era o principal desafio para emancipação/desenvolvimento econômico nacional no início da década de 1930, assim como o petróleo e a energia hidrelétrica (e não mais termelétrica), com as respectivas indústrias de bens de capital, seriam nas décadas posteriores. (BASTOS, 2007:4)

Dessa forma, partindo-se desse contexto, o Estado necessitou colocar em prática uma nova política delimitando a organização de importantes setores:

Na área dos recursos naturais, estruturou-se primeiro o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM (1934) e, depois, vários conselhos,

como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940), todos eles encarregados de conceber, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos. (DRAIBE, 1985:80)

A criação do Departamento Nacional da Produção Mineral em 1934 e os vários conselhos subsequentes demonstram as iniciativas voltadas para a preocupação com os recursos naturais, em específico, minerais na década de 30.

Essa preocupação pode ser comprovada pelo leitor através da instauração dos códigos de leis que estabelecem o ordenamento e maior controle do Estado referente aos recursos naturais até aqui abordados.

A elaboração dos códigos e as regulamentações dos serviços de utilidade pública afetos à vida econômica visavam, desde logo, a atualizar uma legislação ou de caráter incipiente, ou que já se tornara obsoleta em face da modernização do país. Em 1934, foram promulgados os importantes Códigos de Água e Código de Minas; entre 1931 e 1934, definiu-se a legislação básica de regulamentação dos serviços de Radiocomunicações em Território Nacional. O Código Brasileiro do Ar é de 1938, o de Caça e Pesca e o de Florestas são de 1934. (DRAIBE, 1985:83)

É perceptível, como já dito anteriormente, que o possível esforço feito pelo governo para incluir os recursos minerais e a natureza em geral na agenda do Estado esteve, nesse momento, fortemente vinculado a tentativa de utilização de parte desse bem em prol da autopromoção nacional tanto no âmbito natural, com a exaltação das riquezas naturais, para utilizá-la como propaganda e afirmação do orgulho nacional, como na utilização para a promoção da industrialização de base que também tornou-se cada vez mais publicidade governamental que descrevia esse setor como parte essencial ao desenvolvimento do país diminuindo sua dependência externa e adentrando assim, no caminho da modernidade.

Os projetos originais de formação dos Estados nacionais e a elaboração dos primeiros códigos eram, de fato, um movimento de demarcação de soberania do Estado sobre “seu” território, diante de processos similares e simultâneos de formação de outros Estados, em geral num quadro de enfrentamento mútuo. (DRAIBE, 1985:83)

A promulgação dos códigos relacionados aos recursos naturais como a água e os minérios, está vinculada, portanto, a legitimação da soberania através do reconhecimento e conhecimento mais aprofundado das especificidades, capacidades e limites do território nacional permitindo assim a construção de projetos que viabilizassem aproveitar com mais eficácia tais recursos que, pela primeira vez, estariam beneficiando a coletividade representada pelo Estado.

Novos conteúdos preencheriam o processo de estabelecimento da soberania nacional no século XIX: já não se tratava apenas de codificar sobre recursos estratégicos ante aos outros Estados nacionais, mas, também, de definir as competências e responsabilidades do poder público no controle e funcionamento de serviços considerados básicos para as atividades nacionais, que poderiam ou não ser concedidos para a exploração por particulares, desde que respeitadas condições mínimas de suficiência, custo e regularidade de sua oferta. (DRAIBE, p.84)

As mudanças e ordenações estabelecidas a partir de 30 permitem-nos traçar a intenção por parte do governo de seguir em frente adotando reformas que possibilitassem a defesa e o avanço da política e economia nacional e, para isso, os recursos naturais tornam-se cruciais, mas especificamente, o setor de minérios demonstra-se essencial a implantação da indústria e defesa nacional.

Carvalho (1978) afirma que, “após 1930, quando o exército se implanta solidamente no centro do poder, os engenheiros e os militares rebeldes se encontram lado a lado na luta pela defesa e pela exploração dos recursos naturais.” (CARVALHO, 1978:129)

Dessa forma torna-se fundamental a ordenação desse setor no país e, como defende Scliar (1996), “o código das minas, aprovado em 1934, é resultante desse novo entendimento do papel da mineração para o desenvolvimento nacional, conforme as determinações da Constituição.” (SCLIAR, 1996)

Os recursos naturais são como um todo importantes para o progresso social e, de sua abundância ou escassez dependem, e muito, o caminho

percorrido na busca para o desenvolvimento e mesmo sobrevivência de uma sociedade. A evolução da tecnologia legou às sociedades contemporâneas a industrialização e, nessa nova realidade, o aumento do uso dos recursos naturais em escala significativa tornou-se regra para a obtenção do novo modelo de desenvolvimento.

Em meio aos recursos naturais, podemos dizer que, o recurso considerado mais estratégico para promover o desenvolvimento através da industrialização, advém do setor mineral.

Várias nações objetivaram regulamentar esse setor para organizar e delimitar seu uso seguindo um projeto que beneficiasse o coletivo.

“Uma vez superado o feudalismo, passou-se, então, a adotar o regime dominial, fundado no conceito de que os recursos naturais do subsolo constituem uma *res communis*, ou seja, um conjunto de bens pertencentes à Nação ou ao Estado. Esse sistema floresceu paralelamente ao surgimento dos conceitos político-históricos de ‘nacionalidade’ e de ‘soberania’, e erigiu o seu modelo com base no princípio de que as jazidas existentes no subsolo, concedidas ou não, constituem uma *res publica*, ou seja, uma propriedade da Nação”. (BARbosa, Alfredo Ruy, p. 5)

As mudanças e ordenações acontecidas a partir de 30 permitem-nos traçar a intenção por parte do governo de seguir em frente adotando reformas que possibilitaram o avanço da política e economia nacional a partir de exemplos já mencionados.

“É necessário enfatizar que a direção impressa pelo Estado à sua ação econômica contemplou, desde os anos de 1930, um projeto de desenvolvimento do capitalismo, de sua forma e ritmo, visando ao avanço da industrialização e num quadro geral de definição da autonomia nacional.” (DRAIBE, 1985:87)

Com a legislação em vigor a partir de 1934 que versa a respeito das minas e águas no Brasil, uma das metas traçadas pelo Estado pôde ser cumprida no caminho do fomento à industrialização. Essa legislação transferiu progressivamente a posse e utilização dos bens relativos ao subsolo para a tutela do Estado impossibilitando, a utilização e o uso privado sem prévia autorização do governo.

O Código das Minas de 1934, em primeiro lugar, estabeleceu a distinção e propriedade do solo e das riquezas do subsolo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Propriedade da União, a exploração do subsolo passou a depender de autorização ou concessão a ser dada exclusivamente a brasileiros ou sociedades organizadas no Brasil. Além disso, o código pretendia a nacionalização progressiva das minas. A Carta de 1934 consagrou esses princípios. (DRAIBE, 1985:84)

O estudo sobre o meio social e natural e também sobre os recursos minerais foi amplamente difundido pelo Estado através de pesquisas feitas por grupos de intelectuais da época que auxiliaram na busca e aprofundamento de dados e reflexões que viabilizaram importantes referenciais norteadores das políticas públicas. Segundo Draibe, “o processo e concentração do poder nas estruturas do Estado não deixou de se expressar na modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística sobre as riquezas nacionais, a população e a estrutura das atividades econômicas.” (DRAIBE, 1985:85)

Todos os fatores até aqui comentados visaram também possibilitar a compreensão de como uma visão de abundância e riqueza, já presentes desde a “fundação” do país auxiliou o Estado Nacional na propaganda desenvolvimentista que incorporou a mobilização dos recursos naturais e minerais estratégicos como uma de suas metas no caminho do progresso nacional facilitando a partir desta retórica, a aceitação da ideia de regulamentação e intervenção por parte do Estado em tais recursos e estabelecendo um discurso propício ao início de sua utilização, que teriam nos recursos minerais, a chave para a transcendência.

Em meio às discussões, a fórmula empresa pública já se concretizava, revelando mais uma vez a autonomia da ação estatal no período. Os setores do ferro e do aço, de energia elétrica, de química pesada e de produção de motores foram progressivamente equacionados de forma que a empresa pública ou de economia mista nucleasse os investimentos iniciais básicos. Assim, em 1941 foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional; em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce; em 1943, a Companhia Nacional de Álcalis e a

Fábrica Nacional de Motores; em 1945, a Companhia Hidrelétrica de São Francisco. (DRAIBE, 1985: 106).

Dessa forma, é possível concluir que a base para o surgimento do Estado Nação no Brasil e sua legitimação em um diferente contexto histórico no início do século XX demonstraram o caminho e o modelo a seguir que permitiriam à nação adentrar em uma etapa diferente de desenvolvimento, um desenvolvimento que buscasse promover a industrialização que mesmo com algumas tentativas e iniciativas, ainda era incipiente e figurava em segundo plano, porém, cada vez mais, apontava como a base para que o país pudesse superar sua característica básica e enraizada de país agroexportador, de “gigante pela própria natureza”.

Suplantando essa dependência natural o país poderia transcender a uma lógica de transformação humana do meio natural, de trabalho que modifica e dignifica, de superação da visão de riquezas por si só, naturais por uma visão de crescimento e desenvolvimento da nação segundo os moldes dos países mais ricos e industrializados. Nesta lógica, tais riquezas, e em especial os recursos minerais, entrariam como a base essencial no desenvolvimento nacional.

Pode-se dizer que a efetivação da autoridade pública central, sobre recursos considerados essenciais ou estratégicos, constituiu um dos mecanismos típicos de formação dos Estados Nacionais. (DRAIBE, 1985:83)

A lógica de desenvolvimento do Estado nação no Brasil está, desta forma, intrinsecamente relacionada à apropriação dos recursos minerais estratégicos que foram a base necessária para avançar na busca pela autonomia e industrialização, cartilha básica para o alcance da modernidade, portanto, pode-se afirmar que, nacionalismo e natureza, mais especificamente, recursos minerais são a base de fundamentação do desenvolvimentismo.

“A mineração converteu-se em indústria fundamental dos países e passou a ocupar um importante lugar no mundo jurídico, como ramo do direito dos mais influenciados pela evolução técnica, política e social.” (BARBOSA, 2005).

Assim, é a partir das premissas contextualizadas até aqui, que se há de tratar e aprofundar, no próximo capítulo, mais especificamente sobre a

implementação da legislação mineral que foi colocada em prática a partir de 1934 e que se fez necessária dentro da dimensão e lógica até aqui discutida.

4. O Código das Minas

A Revolução Industrial inaugura uma nova etapa no que diz respeito ao uso dos recursos naturais pelo homem. A partir daí a necessidade cada vez maior de captação e utilização de recursos provenientes do meio ambiente modificam a configuração histórica de países e políticas seguidas por estes, além, é claro, de aumentar discussões a respeito das consequências geradas por esse processo.

Os recursos naturais passam a ser pauta central para a promoção do desenvolvimento e, dessa forma, inicia-se uma corrida por regiões do planeta em que estes são abundantes. Neste contexto, e após a crise liberal, na primeira metade do século XX, alguns países, em um movimento nacionalista, como é o caso do Brasil, procuraram ordenar e regular o uso dos recursos naturais como forma de proteção, identidade e impulso ao desenvolvimento nacional.

Com a criação, em 1874, da Associação Brasileira de Mineração - que foi transformada nos anos de 1930, em Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - o controle governamental na atividade minerária foi instituído com mais efetividade (DNPM, 2008). Ao final do século XIX, a mineração brasileira foi suplantada no cenário internacional devido à obsolescência tecnológica do seu processo de produção, o que causou desequilíbrio entre o potencial mineral e a participação no mercado internacional, gerando perdas em relação à produção dos Estados Unidos, Austrália e África do Sul. As atividades garimpeiras e industriais minerais rudimentares foram modificadas para padrões tecnológicos mais efetivos somente a partir dos anos de 1930, com a produção de ferro-gusa e aço em Minas Gerais (CÂMARA, 2008).

Como podemos perceber a partir do excerto acima, a produção mineral em fins do século XIX e início do século XX encontrava-se obsoleta e a falta de investimento só vai ser superada com o projeto colocado em prática pelo Estado a partir de 1930 que pretendeu implantar um modelo diferenciado de

desenvolvimento para o país pautado na industrialização trazendo assim a necessidade da implantação do Código que determinou as disposições gerais para ordenar o uso dos recursos naturais no Brasil.

“Antigamente a água subterrânea era controlada pelo Estado por meio de uma autorização central no Primeiro Reinado (1822-1831), na Regência Trina (1831-1840) e no Segundo Reinado (1840-1889), ficando seu uso praticamente sem controle do Estado no período de 1889 (Primeira República) até 1930. A situação foi revertida, com retorno ao controle pelo Estado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando foi promulgada a Lei do Direito de Água no Brasil (Código das Águas), assim como os códigos de mineração, florestal entre outros (REBOUÇAS, 1976)”. (CAMARA, 2008)

O Código das Minas colocado em prática a partir do contexto já comentado nos excertos dos capítulos anteriores determinou um novo e diferente rumo para os recursos minerais nacionais. É a partir dele que se tornou possível a percepção de um maior impulso no sentido de reconhecimento das reservas minerais nacionais por parte do Estado brasileiro e a maior regulação da extração de minérios, passando a controlar tais riquezas como forma de promover uma política industrial ordenada e organizada.

Dessa forma, como trata Moraes (2002) através de Bonfim (2006), a necessidade de modificações referentes a um conhecimento mais aprofundado do território, levaram a iniciativas no sentido de incentivar racionalmente tal atitude:

“Ora, se esse processo de construção e legitimação do Estado-Nação recorre à imputação do território como um dos mecanismos de sua elaboração e ao conjunto da história-geografia como “identidade”, no que se refere à ‘geografia acadêmica’, os primeiros cursos, nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tiveram lugar apenas nos anos de 1930, mesma década em que é criado o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Assim, se a geografia acadêmica inaugurou-se por aqui tardiamente, houve espaço no cenário cultural para “um debate marcadamente geográfico (com muitas alusões a autores e a teorias da geografia)” sem que existissem “de fato geógrafos ou cursos de geografia no país” (Moraes, 1991, p.170) (aqui o papel do IHGB como formador de uma “consciência geográfica” da nação é

exemplar). Esse 'debate geográfico' seria acentuado nos momentos de ruptura ou reordenamento político, momentos de maior aproximação dos intelectuais com a vida política, "necessariamente momentos de dificuldade na afirmação das identidades" (Moraes, 1991, p.167-168); caso das décadas de 1920 e 1930." (BONFIM, 2006)

A busca pelas riquezas minerais no Brasil esteve presente desde que o território foi encontrado pelos portugueses, porém, quando realmente foram encontrados os minérios tão almejados, a partir de finais do século XVII, seu destino foi sempre voltado para atender as demandas e interesses externos, segundo Câmara (2008), "no período colonial, com a queda no mercado do açúcar, houve o desenvolvimento da mineração de ouro e diamante." (CÂMARA, 2008)

O Estado português inibiu qualquer organização industrial e os minérios daqui retirados tinham sempre o mesmo destino, voltados para o mercado externo:

Ao final do século XVIII, a Coroa Portuguesa adotou medidas drásticas de controle da atividade mineraria, exigindo cotas de tributação e impondo uma cobrança exacerbada de impostos, que ficou conhecida como *derrame*. Essas medidas induziram o surgimento um movimento social contrário a tal política, chamado de *Inconfidência Mineira*. Entre 1808 e 1822 foi adotado um conjunto de medidas no governo de D. João VI, visando recuperar a economia mineral. (CAMARA, 2008)

Somente a partir da vinda da família real para o Brasil, segundo Câmara (2008) é que passa a haver uma modificação na forma de pensar a questão mineral no país: "Com a Independência, em 1822, uma nova Constituição introduziu noções de direito de pesquisa e lavra de jazidas minerais." (CAMARA, 2008)

Porém, é no Segundo Reinado que foram feitos os maiores esforços em prol da organização e modernização da produção no setor mineral do Brasil dando origem a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1866, mas, ainda segundo Câmara (2008), somente com a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNM), em 1934, é que o país passou a contar efetivamente com uma instituição voltada para o desenvolvimento de seus recursos minerais e hídricos. (CÂMARA)

As mudanças na forma de lidar com os recursos minerais e naturais estão fortemente vinculada as mudanças nas escalas quantitativas de seu uso e em todas as transformações relativas ao contexto pós Revolução Industrial, como já mencionado.

“As condições básicas da existência humana dependem cada vez mais da utilização dos recursos minerais, que contribuem com os combustíveis necessários para a geração de calor, luz e energia. É também das minas que vêm os materiais para a fabricação das máquinas, armamentos, veículos de transporte, instrumentos de trabalho, utensílios científicos e domésticos, e objetos de arte e ornamentação.” (ROCHA, 1987)

Tal reflexão feita por Rocha (1987) permite compreender como as sociedades modernas tornam-se cada vez mais dependentes dos recursos minerais disponíveis no meio ambiente.

O trecho do discurso proferido por Getúlio Vargas em 1931 deixa claro essa importância e suas convicções no que diz respeito a tais recursos:

“Mas o problema máximo, pode dizer-se, básico da nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa a equação do nosso progresso. Entrava-o a nossa míngua de transportes e a falta de aparelhamento, indispensável à exploração da riqueza material que possuímos imobilizada. O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. Sobre as águas, é o navio a força propulsora que o aciona, fazendo-o singrar velozmente mares e rios. No ar, é o motor do aeroplano mantendo-o em equilíbrio e alijeirando-lhe o voo. É, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da Pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro.” (linhas 143 a 155)

Observando o excerto com as palavras do próprio Getúlio Vargas que é visto como o orquestrador do novo projeto alicerçado nos ideais de desenvolvimento, pode-se perceber a importância do controle sobre os recursos minerais para o crescimento do país, pressuposto básico que influenciou e norteou a promulgação do Código das Minas.

Importante lembrar que, como já dito, anteriormente ao governo de Vargas, as iniciativas tanto com relação ao meio ambiente e recursos naturais como quanto a uma postura de locomotiva organizando e direcionando a sociedade por parte do Estado não aconteceram, a República Velha mostrava-se desagregadora inclusive com relação ao nacionalismo:

“Durante a República Velha (1889-1930), o país não demonstrava grande preocupação com os recursos naturais. Nesse período a legislação era liberal e garantia aos proprietários rurais autonomia e poder ilimitado sobre a propriedade.” (BORGES, REZENDE e PEREIRA, 2009: 454)

O Código das Minas colocado em prática determinou um novo e diferente rumo para os recursos minerais no país. Na visão do Estado seria ele o orquestrador de um maior impulso no desenvolvimento e no sentido de reconhecimento das reservas minerais nacionais utilizando-os de forma mais coerente e racional, como nunca antes havia sido feito.

O interesse em saber minuciosamente características relativas aos recursos minerais encontrados permite entender a importância do controle sobre tais riquezas para o governo e, faz cada vez mais sentido, quando entendemos as mudanças de um ponto de vista mais amplo.

As especificações contidas no Código das Minas estão fortemente relacionadas a regulamentação do processo de uso dos recursos naturais que são vistos como essenciais ao projeto de desenvolvimento nacional e, por mais que a intenção da legislação assim como dos grupos ambientais da época fossem de promover uma racionalidade na utilização dos recursos naturais de forma geral, o que se percebe com a aplicação desse tipo de política é que prevalece, na maioria das vezes, o ideal de crescimento e a utilização dos recursos que, muitas vezes, não podem ser repostos ao meio, dessa forma, a política de desenvolvimento e crescimento constante, no decorrer de muitos

anos, faz prevalecer questões econômicas e a padronização em detrimento da preservação e uso sustentável de tais recursos.

Assim, a reflexão feita até aqui, permite o avanço em um ponto central para a conclusão deste trabalho, através de uma análise de alguns importantes trechos do Código das Minas promulgado a partir de 1934 durante o governo de Getúlio Vargas, que, obviamente, não esgota as necessárias reflexões a respeito do tema, mas tem como intuito possibilitar posteriores debates relativos as intenções e dinâmicas a que estiveram sujeitos os ideais da época em que foram implementadas tais regulações.

O Artigo 1º do Código das Minas delimita o que se deve entender pelo termo Jazida e Mina versando sobre sua classificação e aproveitamento:

Art. 1º Para os efeitos deste código há que distinguir:

I, Jazida, isto é, massa de substancias minerais, ou fósseis, existentes no interior ou na superfície da terra e que sejam ou venham a ser valiosas para a indústria:

II, Mina, isto é, a jazida na extensão concedida, o conjunto dos direitos constitutivos dessa propriedade, os efeitos da exploração e ainda o título e concessão que a representam.

É nítido, na classificação anterior, a especificação e vinculação que se faz entre as substâncias minerais e fósseis presentes no subsolo provenientes dos recursos naturais disponíveis e sua importância primordial para a indústria.

Já vimos que, o Código das Minas colocado em prática determina um novo e diferente rumo para os recursos minerais nacionais. É a partir dele que se tornou possível a percepção de um maior impulso no sentido de reconhecimento das reservas minerais nacionais e maior regulação da extração por parte do Estado que passa a controlar tais riquezas como forma de promover uma política industrial no sentido, principalmente, de subsídio e suporte à indústria de base, que permitiriam maior dinamismo fomentando o crescimento nos setores essenciais ao país.

“Entre 1934 e 1964, vigorava no país o que hoje chamaríamos de reserva de mercado dos recursos minerais, sendo vedada, salvo casos excepcionais, a critério exclusivo do Presidente da República, a participação do capital

estrangeiro na exploração e aproveitamento dos minerais. Além disso, o bem mineral era sempre do domínio da União, sendo assegurado ao proprietário a preferência na exploração. (ROCHA,1987:15)

A justificativa para a implementação do Código das Minas está intimamente relacionada ao fato da legislação anterior estar dispersa e ultrapassada no que diz respeito às novas realidades e tendências projetadas para o país.

A antiga legislação era vista como um obstáculo ao projeto nacionalista de desenvolvimento que deveria incentivar e garantir o impulso dos trabalhos de pesquisa na busca por ampliar as fontes de recursos minerais e sua extração sempre coordenada pelo Estado brasileiro.

A preocupação enquanto país periférico às grandes regiões industrializadas e detentoras de tecnologia e com a disputa imperialista observada principalmente por parte dos países europeus, Japão e Estados Unidos, leva o governo brasileiro na figura de Getúlio Vargas, em um novo momento de afirmação nacionalista, a buscar sua autonomia e equilíbrio enquanto nação independente, não vulnerável e alinhado aos interesses de potências econômicas estrangeiras, nessa perspectiva, torna-se essencial um maior controle e reformas na maneira como se trata os recursos naturais nacionais, principalmente por parte de um país que sempre foi visto como de infindáveis recursos e riquezas naturais.

Para avaliar e compreender melhor tal premissa segue abaixo a justificativa para a implantação do código das minas de 1934, ainda durante o período do governo provisório:

“Decreta o Código de Minas O Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e:

Considerando que se torna necessário consolidar em um só corpo de doutrina os dispositivos de leis e regulamentos expedidos em diversas épocas e que até esta data vinham regulando a indústria extrativa mineral;

Considerando a imperiosa necessidade de remover os obstáculos e embaraços criados ao racional aproveitamento das riquezas do subsolo, pelo estado legal de condomínio generalizado e outras causas;

Considerando que o desenvolvimento da indústria mineira está na dependência de medidas que facilitem, incentivem e garantam as iniciativas privadas nos trabalhos de pesquisa e lavra dessas riquezas;

Considerando que, com a reforma por que passaram os, serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o governo aparelhado por seus órgãos competentes a ministrar assistência técnica e material, indispensável à consecução de tais objetivos;" (CÓDIGO DAS MINAS, 1934)

Importante ressaltar, como consta no excerto, que as questões referentes aos recursos minerais são de incumbência do Ministério da Agricultura que conta com o Departamento Nacional de Produção Mineral para administrar e dar andamento as concessões feitas pelo governo tanto para pesquisa quanto para a lavra sempre levando em consideração a importância que tais recursos tem para o país.

A Constituição de 1934 que instaurou uma nova fase do governo Vargas, modifica a ordem jurídica com relação à propriedade das minas e jazidas transformando-as em propriedade distinta da do solo, processo que torna cada vez mais evidente o projeto nacionalista e desenvolvimentista.

"A Constituição de 1934 introduziu o conceito básico da separação das duas propriedades: a do solo e a do subsolo. Concomitantemente, determinava, também, a nacionalização progressiva do subsolo dos mesmos - o parágrafo quarto do artigo 119 é cristalino: "A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica e militar do país". Estipulava ainda a Constituição de 1934 que os bens minerais eram bens da União: "São do domínio da União os bens que a esta lhe pertencem na forma da legislação em vigor". (art. 21) (ROCHA, 1987)

O subsolo que antes era de uso privado passa a pertencer a União, para utilizá-lo a partir daí, o proprietário da terra teria que assegurar autorização do Estado.

"A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica e militar do país". Estipulava ainda a Constituição de 1934 que os bens minerais eram bens da

União: "São do domínio da União os bens que a esta lhe pertencem na forma da legislação em vigor." (art. 21) (ROCHA, 1987)

Assim também como já traçado na Constituição, o Código das Minas transferiu aos poucos ao Estado a responsabilidade de administrar as riquezas minerais nacionais estratégicas para a industrialização e os recursos naturais em geral, instituindo-o com o legado detentor e orquestrador de tais recursos.

Mais uma vez, o fragmento do discurso do próprio Getúlio, em Belo Horizonte, 1931, pode comprovar como a ideia da nacionalização das riquezas minerais eram uma prioridade vista como imprescindível:

"Completando, finalmente, o meu pensamento, no tocante à solução do magno problema, julgo oportuno insistir, ainda, em um ponto: a necessidade de ser nacionalizada a exploração das riquezas naturais do país, sobretudo a do ferro. Não sou exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento da indústria brasileira, sob a forma de empréstimos, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em outras múltiplas aplicações equivalentes. Mas, quando se trata da indústria do ferro, com o qual havemos de forjar toda a aparelhagem dos nossos transportes e da nossa defesa; do aproveitamento das quedas da água, transformadas na energia que nos ilumina e alimenta as indústrias de paz e de guerra; das redes ferroviárias de comunicação interna, por onde se escoam a produção e se movimentam, em casos extremos, os nossos exércitos; quando se trata – repito – da exploração de serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo-os a estranhos, e cumprir-nos, previamente, manter sobre eles o direito de propriedade e de domínio." (1931, linhas 177 a 188)

Assim, a nacionalização dos recursos naturais e minerais tornou-se uma etapa chave para a objetivação de seu projeto, e, com a promulgação da legislação de 1934, faz-se necessária a separação da propriedade do solo e subsolo que determinou que o subsolo só poderia ser explorado com a autorização do governo e somente nas formas de concessão, já que o mesmo passa a figurar como parte dos bens da união.

A utilização do subsolo, tanto para pesquisas como para retirada de recursos naturais também só poderia ser feita com prévia autorização das instituições do Estado, e, gradualmente, mesmo as minas que já estavam sendo utilizadas pelo setor privado, tenderiam progressivamente a tornarem-se concessões públicas.

A nacionalização progressiva das minas já mencionadas acima por Rocha (1987) foi acompanhada de um impulso a iniciativas de pesquisa que também ficaram subordinadas as coordenadas das instituições de governo e puderam assim ser úteis a várias questões relacionadas ao mapeamento de recursos minerais, vegetais, espécies animais, ao levantamento de estatísticas estabelecidas a partir dos dados coletados nos relatórios requisitados pelas instituições públicas como forma de autorização para uso ou concessão subsequente.

Assim, o Código das Minas, como almejado, transferiu ao Estado a responsabilidade de administrar as riquezas minerais nacionais estratégicas e instituiu o legado de detentor de tais recursos, e, a partir de tal proposição foi que tornou-se necessária a separação da propriedade do solo e subsolo, possibilitando o uso do solo como propriedade privada e do subsolo somente nas formas de concessão, já que o subsolo passou a figurar como parte dos bens da união e, como mostra o fragmento do Código abaixo, as jazidas privadas, poderiam com algumas ressalvas, continuar sendo exploradas como antes, porém progressivamente, passariam para o domínio do Estado.

Art. 3º O aproveitamento das jazidas, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorização e concessões instituído nesse Código:

§ 1º Independente de autorização e concessão do poder público, sem prejuízo do disposto no artigo 89, as minas que estejam sendo lavradas na data da publicação deste Código, desde que sejam manifestadas na forma e prazos prescritos no art. 10 e enquanto não cesse a lavra; cessada a lavra, cairão no regime deste Código.

A utilização do subsolo, portanto, tanto para pesquisas como para retirada de recursos naturais somente poderiam ser feita com prévia autorização das

instituições do Estado, e, mesmo que, como mostrado no artigo abaixo, o proprietário da terra tivesse a preferência na concessão, percebe-se que, gradualmente, mesmo as minas que já estavam sendo utilizadas tendem a tornarem-se concessões públicas.

Art. 6º O direito do proprietário sobre a jazida limita-se à preferência na concessão da lavra ou à coparticipação, que este Código estipular nos resultados da exploração.

Ainda, segundo a Constituição de 1934, o proprietário do título de concessão da mina só poderia dela fazer uso se fosse brasileiro ou de empresa constituída por acionistas brasileiros.

"O direito mineral, inscrito com todas as letras na Constituição de 1934, abriu para o Brasil uma nova fase. Sob o influxo das ideias sociais e de altas razões de interesse social, o Código de Minas de 1934, em vigor um mês antes da própria Constituição, declara incorporado ao patrimônio da Nação, como propriedade imprescritível e inalienável, as jazidas desconhecidas, quando descobertas". Já a Constituição de 1937, além de manter os pontos básicos anteriores - bem da União e nacionalização progressiva - aprofundou ainda mais a questão da soberania nacional, vedando integralmente a participação de estrangeiros na mineração:

"A autorização só pode ser concedida a brasileiro ou empresas constituídas por acionistas brasileiros" (art. 143 - § 19)". (ROCHA, 1987:18)

A nacionalização progressiva das minas já mencionadas acima por Nodari foram acompanhadas de um impulso a iniciativas de pesquisa que também ficaram subordinadas as coordenadas das instituições de governo e puderam assim ser úteis a várias questões relacionadas ao mapeamento de recursos minerais, vegetais, espécies de animais, ao levantamento de estatísticas estabelecidas a partir dos dados coletados nos relatórios requisitados pelas instituições públicas como forma de autorização para uso ou concessão subsequente.

"Art. 13. O direito de pesquisar substâncias minerais no território nacional, seja em terras do domínio público, seja em terras do domínio particular, instituiu-se por autorização do Governo da União, salvo os casos previstos no Título VI

e legalmente instituído impõe-se ao proprietário ou possuidor do prédio onde se haja de efetuar a pesquisa.

Art. 14. Por pesquisa entendem-se os trabalhos necessários para o descobrimento da jazida e o conhecimento do seu valor econômico, e abrangerão duas phases distintas:

I, a de prospecção ou sejam os trabalhos de reconhecimento ecológico e mais investigações feitas á superfície; e

II, a de pesquisa propriamente dita, ou seja, os trabalhos no sub-sólo, desde as escavações superficiais até os furos de sonda e abertura de poços e galerias.” (CÓDIGO DAS MINAS, 1934)

O proprietário do local alvo da pesquisa e colheita de dados acima citada ficará sujeito a subordinação das terras para os trabalhos mencionados:

Art. 15. Os proprietários ou possuidores do solo são obrigados, contra reparação integral e prévia do dano, a permitir sejam executados os trabalhos de pesquisa, sendo que os de prospecção, inclusive medições, levantamentos de planta, colheita de amostras e outros semelhantes, independem de indemnização. O dano, não havendo acordo entre as partes, será fixado por pericia de arbitramento e só será imputável ou autorizado quando este começar os trabalhos de pesquisa propriamente dita.

É possível perceber, nos trechos acima, que a intenção com a instauração do Artigo 13 é, ao mesmo tempo em que impulsionar a corrida por recursos minerais úteis ao desenvolvimento nacional, também permitir um levantamento de informações além de maior fiscalização sobre os territórios subordinados a pesquisa e posteriormente às concessões. Dessa forma, como demonstra o fragmento do Código selecionado abaixo:

Art. 19. A autorização será concedida nas seguintes condições:

III, a pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submetido á aprovação do Governo, ouvido o Departamento Nacional de Produção Mineral.

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano, podendo mesmo orientar melhor a marcha dos trabalhos.

V, na conclusão dos trabalhos, sem prejuízo de quaisquer informações pedidas pelo Governo no curso deles, o autorizado apresentará um relatório circunstanciado acompanhado de perfis geológicos e plantas, onde sejam indicados com exatidão os cortes que se houverem feito no terreno, o máximo da profundidade que houverem atingido os trabalhos de pesquisa, e a inclinação e direção do veleiro ou depósito que se houver descoberto, bem como de outros esclarecimentos que se tornarem necessários para o reconhecimento e apreciação da jazida.

É perceptível nos trechos do artigo citado acima um grande controle no que diz respeito às informações referentes aos recursos pesquisados que poderiam ser entendidos como uma consequência da centralização observada e que vão de encontro aos ideais de Estado nação desenvolvimentista.

A especificação que objetiva maior controle sobre as jazidas encontradas podem ser observadas no fragmento do código abaixo em que os procedimentos a serem realizados são sistematizados constando inclusive instruções sobre as precauções e obrigações com relação à fiscalização e retorno de informações dado as instituições públicas:

IV, em se tratando de jazida:

a) estado; comarca, município, distrito e denominação das terras em que está situada a jazida;

b) natureza da jazida, descrita em condições de poder ser esta classificada de acordo com o art. 2º;

c) provas da existência da jazida, a saber: um caixote com amostras do minério (em garrafas, si se tratar de substancias liquidas ou gasosas), planta da jazida (embora tosca, mas de preferência em escala métrica), e, sendo possível, relatórios, pareceres, topografias e mais esclarecimentos sobre a existência da jazida;

d) modo de ocorrência da jazida, isto é, descrição (quanto mais minuciosa, melhor) da jazida e seus arredores, e a área, embora aproximada, em metros quadrados, ocupada pela jazida ou seus afloramentos, onde quer que o minério seja notado á simples vista ou por escavações superficiais;

e) situação topográfica da jazida, isto é, distancia e obstáculos de comunicação a vencer entre a jazida e o caminho mais próximo, natureza desse caminho e sua distancia até encontrar o ponto mais acessível servido por estrada de ferro ou de rodagem ou por porto de embarque em rio ou mar, e sendo possível, uma planta (embora tosca, de preferência em escala métrica) que represente o que acaba de ser dito; (CÓDIGO DAS MINAS, 1934).

Fica muito claro nos fragmentos dos artigos explorados até aqui, para comprovar os argumentos centrais desenvolvidos por esta pesquisa que, no projeto de desenvolvimento ambicionado por Getúlio Vargas, a natureza e os recursos naturais, mais especificamente os recursos minerais, demonstravam-se como prioridade para a obtenção de maior êxito e crescimento por parte do modelo desenvolvimentista.

A necessidade de organizar tais recursos para saber inclusive o que poderia ser útil a indústria, quais recursos estavam disponíveis, etc. foi provavelmente um eixo motor que possibilitou o incremento de várias atitudes tomadas na direção de políticas em prol do meio ambiente. Sabemos que a discussão já vinha acontecendo na sociedade e principalmente, dentre os intelectuais do ramo, porém, o que alavancou tais regulações e iniciativas foi o projeto desenvolvimentista com a convicção da necessidade de colocar o Brasil nos rumos da industrialização e progresso.

O governo de Getúlio utilizou o ideal já enraizado e sempre presente no imaginário social como forma de reforço possibilitando exaltar um aspecto de singularidade do país, suas riquezas, aproveitando ainda para agregar tal ideal ao novo projeto nacional do qual, mais uma vez, o povo não participaria senão como figurante, mas a frente, como protagonista, o Estado, condutor da massa e a natureza como provedora das necessidades e fonte de orgulho nacional atuariam para o benefício de todos.

Assim o Código das Minas até aqui analisado, aparece-nos como uma comprovação dos interesses ambicionados pelo governo de maior controle sobre os recursos naturais, o qual acabaram necessariamente dinamizando mudanças nas políticas ambientais e, parte delas deram espaço para uma evolução na forma de pensar o meio ambiente. Por isso, podemos dizer que o projeto desenvolvimentista pode ser relacionado e vinculado às questões ambientais, foi utilizado no discurso inclusive para afirmação do nacionalismo, e à promulgação do Código das Minas que reafirma em seus artigos e incisos o nacionalismo e necessidade de seguir rumo ao desenvolvimento. Nesse sentido a promoção do nacionalismo, desenvolvimentismo e meio ambiente estão totalmente relacionados e interconectados.

Considerações finais.

A pretensão da presente pesquisa foi a de estabelecer relações que possibilitassem ao leitor refletir como a trajetória do discurso e ações relativos à natureza estiveram presente de forma profunda na constituição da identidade construída no decorrer dos diferentes processos históricos por que passou o país.

Desde o conhecimento das terras americanas por parte dos europeus ao processo de independência, perpassando ao século XX, a percepção do território como paradisíaco adequando-o as demandas e desmandos de um processo autoritário em que todo o eixo motor tanto do ponto de vista ideológico como econômico, de alguma forma, sempre esteve fortemente vinculado ao meio natural.

Assim se configurou a mentalidade que incorporou desde os primórdios de sua fundação, como diria Chauí, o meio natural como um potencial identificador e integrador do país permitindo ao povo reconhecer-se e afirmar-se sobre tal pilar a partir do processo de independência até o início do século XX. Esse processo teve sua transformação impulsionada por novas formas de pensar a natureza e o Estado nação onde o meio natural foi fundamental para o país, porém para adentrar na modernidade e seguir no caminho do desenvolvimento (que esteve relacionado a industrialização) tornou-se

necessário sobrepujar o discurso de natureza unicamente e utilizá-lo racionalmente como engrenagem base promovendo a industrialização e o desenvolvimento nacional.

Toda a mítica de natureza como dádiva continuou sendo afirmada pelo Estado, mas passou a ter a partir de 1930, com o projeto desenvolvimentista, uma nova abordagem e função.

Como exemplo desse processo, podemos imaginar a utilização de uma catapulta na Idade Média: a natureza fornece toda a munição e materiais necessários para seu funcionamento, esse contexto é vital, já que no Brasil é como se esse material fosse abundante proporcionando um passo a frente na possibilidade de progresso na “guerra” para o desenvolvimento, porém, também seria necessário ao homem, orientado por seu general, promover a construção da catapulta que pudesse impulsionar o exército à vitória. Assim também é o Estado que organiza os recursos disponíveis e a marcha em direção ao desenvolvimento através de um discurso motivador.

O ideal nacionalista e o desenvolvimentista estiveram fortemente vinculados ao discurso de natureza infindável e paradisíaca e essa foi a principal proposta que o trabalho buscou evidenciar relacionando ao Código das Minas que serviu tanto ao discurso e propósito nacionalista como aos interesses desenvolvimentistas.

A reflexão feita nos capítulos anteriores permite uma reflexão na construção e defesa da hipótese tratada na introdução desse trabalho onde é possível concluir como as políticas implantadas a partir de 1930 incorporaram a natureza e os recursos naturais a seu projeto devido às várias tendências já observadas na época, mas, principalmente, pela forte importância que tem no ideário nacional, pela pressão de alguns grupos preservacionistas e pela adoção de um projeto que tornou primordial a racionalização do uso dos recursos naturais para a sua construção.

Então, para que vigorasse tal projeto, foi fundamental como base estratégica os recursos naturais e, em especial os recursos minerais. Os recursos minerais passaram a ser, gradualmente, racionalizados e regulados pelo governo a partir do Código das Minas analisado anteriormente. Nessa

lógica foi possível perceber como a natureza e o meio natural sempre estiveram subordinados a projetos e modelos que mesmo modificando a forma de referência ou até garantindo leis e códigos, continuam perpetuando na forma de pensar, um ideal de natureza imutável, inesgotável que sobreviveu a todo passado colonial e que promoveria a modernização da nação.

Dessa forma, por mais que o projeto desenvolvimentista tenha avançado na questão da legislação ambiental através de regulações, se demonstra prejudicial ao meio ambiente ao concebê-lo como suporte de tudo, como dádiva edênica inexaurível que permitiria ao país alcançar um futuro magnífico, sem relativizar ou medir as consequências de tais processos.

“Qualquer nação se legitima por uma interpretação de seu passado consagrado como história oficial. Por vezes, a sua “necessidade” se apoia em um projeto de futuro assumido pelo Estado com variáveis graus de detalhe, concreção e execução. A ideia de o Brasil ser um Eldorado faz do projeto civilizatório, de desenvolvimento e de cuidado social, uma “fuga para o amanhã” que alimenta a tolerância com o presente e permite revestir de uma leitura aceitável o passado.” (LESSA, 2008)

A partir da ideia de país do futuro e das belezas e farturas naturais, se espera sempre demais da natureza devido a todo discurso afirmativo construído no passado.

A imagem estática e edênica construída no que diz respeito à natureza brasileira colaborou para conceber uma atitude dos governos e sociedades que foi, em muitos momentos, passiva em incorporá-la como agente social que interage e também sofre as consequências do processo.

“A tomada de decisões no país, em geral, tende a ser dirigida no sentido do rápido crescimento da economia, com sérias consequências, comumente menosprezadas, em termos da exploração e destruição do meio ambiente. A fé na ideia de crescimento econômico ilimitado exerce fascínio insuperável e parece particularmente enraizada na mente coletiva nacional, especialmente entre as elites econômicas. Nessa paisagem, as políticas públicas brasileiras tendem a contemplar a promoção do crescimento econômico - sob o disfarce de desenvolvimento - antes de qualquer outra coisa...” (CAVALCANTI, 2004)

Assim, a década de 30 e o Código das Minas podem ser considerados um avanço na discussão das primeiras iniciativas em benefício do uso dos recursos naturais e do meio ambiente, porém a forma de pensar a natureza e os recursos naturais no país no decorrer do tempo e mesmo na fase mais contemplada por este trabalho, demonstrou um desgaste devido a forte influencia do imaginário edênico aliado à implantação de políticas que trouxeram em sua essência a ideia de que a natureza e os recursos minerais são provedores e praticamente infinitos como em um paraíso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Alfredo Ruy. A natureza jurídica da concessão para exploração de petróleo e gás natural. **Temas de Direito do Petróleo e do Gás Natural II. Rio de Janeiro: Lumen Juris**, 2005.

BARROSO, Lucas Abreu. Propriedade dos recursos minerais e propriedade do solo e do subsolo no ordenamento jurídico brasileiro. **BARROSO, L.[et. al.](coords.): A lei agrária nova**, p. 297-398, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia**, v. 7, n. 4, 2007.

BORGES, Luis Antonio Coimbra; REZENDE, JLP de; PEREIRA, José Aldo Alves. Evolução da legislação ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 2, n. 3, p. 447-466, 2009.

CANO, Wilson. DA DÉCADA DE 1920 À DE 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, 2013.

CANTARINO, Geraldo. Uma ilha chamada Brasil. **O paraíso irlandês no passado**, 2004.

CARVALHO, José. Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**, 1987.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 1, 2004.

CHAUI, Marilena. Brasil: o mito fundador. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA**, n. 19, 2000.

DA COSTA, Frederico Lustosa. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **RAP—RIO DE JANEIRO**, v. 42, n. 5, 2008.

DE CARVALHO, José Murilo. Brasil, Brazil: sonhos e frustrações. 2006.

DE CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Editora Ufmg, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FANINI, Angela Maria Rubel. A situacionalidade histórica do discurso literário. http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/site_angela/Arquivos/Producao/A_situacionalidade_historica_do_discurso_literario.pdf

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029**, v. 15, n. 2 (26), 2004.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. In: **História e saúde**. Fiocruz, 2010.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A primeira conferência brasileira de proteção à natureza e a questão da identidade nacional. **Revista Varia História**, n. 26, p. 77-96, 2002.

HAMMERL, Hammerl, P. C. (2013). Campos do Jordão (SP): de estância de saúde à estância turística. In: Anais do XXVI **Simpósio Nacional de História. São Paulo: Associação Nacional de História**, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. **Rio de Janeiro: Paz e terra**, v. 30, 1990.

JAGUARIBE, B. LISSOVSKI, M. Imagem fotográfica e o imaginário social. **ECOPÓS-** v.9, n.2, agosto-dezembro 2006, p.88-109. Disponível em: www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/article/viewFile/55/39.

LACERDA, Aline Lopes de. A obra getuliana ou como as imagens comemoram o regime. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 14, p. 241-264, 1994.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo. **estudos avançados**, v. 22, n. 62, 2008.

LUSTOSA, M. C. J.; CÂNEPA, E. M; YOUNG, C. E. F. Política ambiental. In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PÁDUA, José Augusto. A ocupação do território brasileiro ea conservação dos recursos naturais. **Unidades de conservação: atualidades e tendências**, p. 12-19, 2004.

PERES, Maria Thereza Miguel; TERCI, Eliana Tadeu. Revisitando a modernidade brasileira: nacionalismo e desenvolvimentismo. **Impulso, Piracicaba/SP**, v. 12, n. 29, p. 137-154, 2001.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso social-democrata. **Revista de Ciências Políticas**, p. 03-26.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. **Cidade, povo e nação:**

gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 53-78, 1996.

ROCHA, Ariadne da Silva Nodari et al. A política mineral na constituição de 1967. **A política mineral na constituição de 1967**, 1987.

SCLIAR, Claudio. **Geopolítica das minas do Brasil: a importância da mineração para a sociedade**. Editora Revan, 1996.

SEIXAS, Maria Lucilia Barbosa. **A natureza brasileira nas fontes portuguesas do século XVI**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade Católica Portuguesa.

SOUZA, R. de C. M. de; Bray, S. C. Considerações sobre a influencia do darwinismo social no pensamento geográfico brasileiro: Silvio Romero, Euclides da Cunha Oliveira Vianna. *Revista de Geografia – Unesp*. São Paul, 2011.

SOUZA, V. A. O uso do semióforo para o forjamento da nação. *Contemporânea*, 2005.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). **São Paulo: Companhia das Letras**, v. 544, 1989.

VELLOSO, Mônica. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, p. 53-78, 1996.

